

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CURSO DE LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CLCH
CENTRO DE CIÊNCIAS DE PINHEIRO – CCP

Renara Cristina Pinheiro Dourado

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DE ALCÂNTARA: A NECESSIDADE DOS
ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO E PROPAGAÇÃO DO SABER
(MONOGRAFIA)**

Pinheiro, MA
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Dourado, Renara Cristina Pinheiro. Patrimônio documental de Alcântara: a necessidade dos arquivos na construção e propagação do saber / Renara Cristina Pinheiro Dourado. - 2022.

65 f.

Orientador(a): Ítalo Domingos Santirocchi.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas História, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, MA, 2022.

1. Alcântara. 2. Educação patrimonial. 3. Patrimônio arquivístico. I. Santirocchi, Ítalo Domingos. II. Título.

RENARA CRISTINA PINHEIRO DOURADO

**PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DE ALCÂNTARA: A NECESSIDADE DOS
ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO E PROPAGAÇÃO DO SABER**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciaturas em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Ciências Humanas.

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA – Orientador)

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (UFMA – Membro)

Prof (a). Dra. Fernanda Cunha de Carvalho (UFMA – Membro)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. PATRIMÔNIO, ARQUIVO E A HISTÓRIA	9
1.1 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/CULTURAL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	12
1.2 DEFINIÇÃO DE ARQUIVO E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	16
1.2.1 Documentação em suporte de papel.....	20
1.2.2 Documentação em suporte de papel como fonte histórica	24
2. ALCÂNTARA: UM TESOURO QUE SE ESWAI NAS INTEMPÉRIES	26
2.1 DOCUMENTOS ECLESIASTICOS, JUDICIÁRIOS E MUNICIPAIS	30
2.2 INICIATIVAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS DO CAMPUS UFMA DE PINHEIRO	33
2.2.1 Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura	35
2.2.2 Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX	37
2.2.3 Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX	39
3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUIVOS DOCUMENTAIS	43
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCÂNTARA.....	47
3.2 EDUCAR PARA PRESERVAR	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

No Brasil, a pesquisa no campo dos arquivos configura-se como um espaço de muitas lacunas, visto que há uma carência acentuada de pesquisadores nessa área. Diante disso, se percebe a urgência em colocar em pauta assuntos voltados para o patrimônio documental, em conjunto com uma educação patrimonial que o valorize, tendo em vista que, nos últimos anos, este tem cada vez mais se distanciado da categoria de prioridade do poder público.

Ademais, este trabalho está voltado mais especificamente para o patrimônio documental da cidade de Alcântara, visando um entendimento mais abrangente sobre a História local. Ressaltando-se, assim, a necessidade dos arquivos na construção e propagação do saber, uma vez que contribuem para a compreensão dos contextos históricos, sociais e culturais de uma determinada época e população.

Dito isso, o objeto de análise desta pesquisa esteve pautado nos documentos eclesiásticos, jurídicos/cartoriais e municipais referentes ao século XIX. Vale mencionar, assim, que alguns estão sob a guarda da Cúria Diocesana de Pinheiro, outros se encontram em processo de preservação/restauração¹ no laboratório de Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro.

Como questão problema, procura-se responder em que medida o patrimônio documental de Alcântara está sendo preservado, visando uma educação patrimonial mais abrangente. Com isso, este trabalho faz uma análise das políticas públicas que asseguram ou deveriam assegurar sua proteção, a fim de que os conhecimentos históricos possam ser registrados e propagados para a posteridade, a partir da conservação desses arquivos em acervos².

¹ Este trabalho de pesquisa é fruto de antigos projetos financiados pela CNPq (2020/21) e, posteriormente, pela FAPEMA (2021/22), o primeiro intitulado “Educação patrimonial: patrimônio documental arquivístico sobre Alcântara” e o segundo, “Patrimônio documental de Alcântara: a necessidade dos arquivos na construção e propagação do saber”, que, por sua vez deu nome à esta monografia. Dito isso, um dos objetivos desses projetos era a salvaguarda dos documentos históricos de Alcântara pertencentes ao século XIX. Diante desse objetivo, trabalhou-se diretamente com os processos de preservação e restauração dos documentos. Assim, como coloca Hannesch (2013), as práticas de preservação envolvem à guarda, segurança, acondicionamento ou sistema de armazenagem, (...), acesso e controle. Ainda, estas práticas, por sua vez, podem ser referenciadas como procedimentos de proteção e conservação de documentos no intuito de promover sua longevidade.

² Conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística, acervos são considerados “documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (2005, p.19). De modo geral, acervo e arquivo não são a mesma coisa, mas estão associados ao mesmo objeto, isto é, aos documentos. Em um arquivo podem ter vários acervos, por exemplo, um acervo eclesiástico e outro municipal.

Nesse sentido, desenvolver esta pesquisa é fundamental, uma vez que tem como objetivo geral a ampliação dos conhecimentos acerca da produção arquivística, bem como, da educação patrimonial.

Outrossim, é importante uma aproximação com as fontes históricas, visto que “explorando e problematizando tais contextos de produção, construindo conhecimentos e reflexões que podem ser utilizadas de forma interdisciplinar nos processos de ensino e aprendizagem, seja nas escolas ou em espaços não formais da educação” (ALVES; BRANDO; MENEZES, 2015), que será possível educar e aprender a partir dos arquivos.

Para tanto, a fim de que o objetivo geral pudesse ser alcançado, foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) compreender as definições de Patrimônio, Arquivo e História; ii) analisar as razões históricas para a falta de preservação do patrimônio em Alcântara, os documentos eclesiásticos, judiciários e municipais e, também as iniciativas do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro; iii) evidenciar a importância da Educação Patrimonial a partir da preservação dos arquivos documentais.

Nesse sentido, parte-se da hipótese de que os documentos arquivísticos são fundamentais, visto que atuam como fontes essenciais na busca para entender determinados contextos, fatos e processos históricos e culturais. Por outro lado, infelizmente o patrimônio documental de Alcântara ficou abandonado pelos poderes públicos³, o que por consequência, vem prejudicando muito a sua preservação e divulgação.

Por conseguinte, para viabilizar o teste da hipótese, este trabalho baseia-se na seguinte metodologia: o procedimento baseou-se no levantamento e leitura do material bibliográfico e documental; a finalidade básica e estratégica; o objetivo de cunho exploratório; abordagem qualitativa e, por fim, raciocínio a partir do método hipotético-dedutivo, visto que a pesquisa se fundamenta em problema e hipótese.

Assim, a partir dessas formulações realiza-se uma investigação que busca compreender se o patrimônio documental de Alcântara está sendo preservado. Além disso, faz-se uma análise da abrangência desse patrimônio na esfera social,

³ Essa informação é constatada a partir do contato feito durante a pesquisa com os documentos históricos de Alcântara. Dito isso, foi possível observar a situação em que os mesmos se encontravam, situação esta de completo descaso. Em outras palavras, “largados para serem destruídos”, uma vez que estavam expostos a todos os agentes de deterioração (forças físicas, fogo, água, pragas, poluentes, temperatura e ambientes inadequados). Portanto, em linhas gerais, se percebe que as políticas públicas não estão cumprindo seu papel que constitui proteger o patrimônio documental.

principalmente no âmbito educacional, isto é, procurando entender em que medida o patrimônio documental está sendo pensado e explorado pelas instituições escolares, tendo em vista que essa relação arquivo e escola se faz necessária.

Esta monografia foi estruturada em três capítulos. No primeiro discute-se os conceitos de Patrimônio, Arquivo e História. Para tanto, tem-se como base as definições de patrimônio histórico/cultural e arquivo, bem como, as ideias contidas na legislação brasileira a respeito dos temas mencionados. Além disso, faz-se uma descrição sobre a documentação em suporte de papel e sua utilidade como fonte histórica.

No segundo capítulo, aborda-se a cidade de Alcântara: um tesouro que se esvai nas intempéries. Nesse sentido, faz-se um levantamento histórico acerca das razões que justifiquem o descaso da região. Também, fala-se sobre os tipos de documentos analisados de uma forma mais individual, sendo estes os Eclesiásticos, Judiciários/Cartoriais, bem como os Municipais.

Por fim, ainda no capítulo dois, dar-se ênfase as iniciativas do Curso de Licenciaturas em Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro⁴, que foram realizadas com o auxílio de bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA). Estas iniciativas, por sua vez, buscaram ampliar as pesquisas no ramo do patrimônio documental, preservando toda essa documentação histórica, bem como ressaltando sua relevância para a sociedade de um modo geral.

No terceiro e último capítulo, trabalharemos com a questão da educação patrimonial e a preservação, a fim de evidenciar a importância dos arquivos na construção e propagação do saber. Assim sendo, trata-se a educação patrimonial e os arquivos documentais, bem como da educação patrimonial em Alcântara. Finaliza-se o capítulo, evidenciando como é importante educar para preservar, isto é, vincular as práticas arquivísticas dentro do espaço escolar, pois só a partir do conhecimento será possível uma preservação consciente.

⁴ As iniciativas do Curso UFMA de Pinheiro estão atreladas aos projetos intitulados: “Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura (2017)”; “Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX (2018)”; “Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX (2021).” A partir desses projetos se desenvolveram vários subprojetos que foram cruciais para a ampliação do material teórico sobre as temáticas em questão.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atingidos, tendo em vista que se fez uma ampliação dos conhecimentos referentes ao patrimônio documental, bem como foi confirmada a sua importância no âmbito social e escolar. Além disso, o problema que o trabalho se propôs solucionar foi identificado de um lado, enquanto que do outro a hipótese é confirmada, visto que, conclui-se que de fato não está havendo uma preservação efetiva do patrimônio documental da cidade de Alcântara, uma vez que o mesmo se encontra abandonado pelos poderes públicos, com exceção do judiciário, agravando assim, a sua deterioração e destruição gradativa.

Portanto, em linhas gerais, se percebe que as políticas públicas não estão cumprindo seu papel em proteger o patrimônio documental. Nesse sentido, se faz urgente a adoção de novas estratégias, a fim de equacionar o problema⁵ enfrentado pelos documentos históricos, contribuindo para que estes possam de fato serem preservados e divulgados para a posteridade.

⁵ Os problemas identificados são referentes aos descritos na nota de rodapé 2.

1. PATRIMÔNIO, ARQUIVO E A HISTÓRIA

Em uma análise inicial é válido considerar os conceitos Patrimônio, Arquivo e a História, visto que são essenciais para compreender o objeto de pesquisa que este trabalho se propôs a estudar - Patrimônio documental de Alcântara⁶. Nesse sentido, a abrangência desses temas reflete, sobretudo na construção da historiografia, bem como na relação que os mesmos estabelecem entre si, visto que constituem conceitos fundamentais e que, por sua vez estão relacionados ao patrimônio histórico.

Assim sendo, nos tópicos seguintes, foi abordado de forma mais específica as características e conceitos de Patrimônio, de Arquivo e de História, definindo-os e problematizando-os acerca de como são apresentados socialmente, sobretudo nas instituições escolares, bem como legislativamente. Além disso, foi estabelecida relações entre esses temas, visto que apresentam pontos de intersecção, na medida em que um está ligado ao outro, quando se busca o entendimento geral do patrimônio histórico documental arquivístico.

Para Rodrigues (2016), o patrimônio pode ser entendido a partir de suas manifestações dentro de uma comunidade, sejam elas baseadas em costumes, valores, expressões artísticas ou culturais, estas, por sua vez, são passadas de geração para geração. Além disso, se apresenta, convencionalmente, dividido em patrimônio imaterial e material. O primeiro está relacionado aos modos de fazer, aos valores e às crenças. Por outro lado, o segundo compreende criações humanas, como objetos de construções. Mais ainda, “o patrimônio material, por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental” (RODRIGUES, 2016).

Ainda na perspectiva de Rodrigues (2016), no Brasil não há uma definição explícita do que seja patrimônio documental⁷. Todavia, para melhor entender sobre sua

⁶ Durante o desenvolvimento deste trabalho que, por sua vez baseou-se no Patrimônio documental de Alcântara, foi dado um enfoque especial para os documentos eclesiásticos, judiciários, bem como os municipais. Vale mencionar, portanto, que estes abrangeram desde os documentos vitais, como atestado de óbito, certidão de nascimento, testamento e afins, até os documentos do dia a dia administrativo que em outros contextos se apresentam como históricos, como, por exemplo, ata de pagamento de transporte, ata de reuniões eleitorais, registros de delegacia de polícia, entre outros.

⁷ Hannesch (2013) corrobora com a ideia proposta por Rodrigues (2016), uma vez que admite que ao longo da História, o conceito de patrimônio foi sendo modificado. Assim, esta cita Gonçalves (2007, p. 109), que, por sua vez, define patrimônio como sendo uma categoria de pensamento e, como tal, tem característica de

abrangência, Elvira-Julieta Miguélez González⁸, professora de Biblioteconomia e Documentação na Universidade de Salamanca, descreve o patrimônio documental como sendo

[...] formado por livros e documentos, que se conservam em arquivos e bibliotecas. Os primeiros acolhem, essencialmente, os fundos denominados documentais e são produto da atividade administrativa de diversas instituições. As segundas se ocupam dos fundos bibliográficos, e sua origem se encontra, normalmente, na atividade criadora do homem. (MIGUÉLEZ GONZÁLEZ, 1995, p. 281, apud RODRIGUES, 2016, p.116)

Por outro lado, a doutora e pesquisadora na área de Biblioteconomia e patrimônio na Universidade do México, Rosa María Fernández de Zamora⁹, entende o patrimônio documental como

[...] o conjunto de bens culturais herdados do passado e o criado pela própria geração, pois o patrimônio documental não se refere unicamente a documentos e livros antigos, senão a todo documento de caráter singular, único ou valioso, do presente ou do passado porque patrimônio pode ser também o que estamos criando e deixaremos para as gerações futuras. (FERNÁNDEZ DE ZAMORA, 2014, p. 2, apud RODRIGUES, 2016, p.116)

Diante dessas definições, pode-se concluir que ambas as autoras entendem o patrimônio documental a partir da atividade criadora do homem. Nesse sentido, de acordo com Miguélez González (1995) o patrimônio documental se constitui como produto da atividade administrativa de diversas instituições. Assim como, pode ser aquele criado pela própria geração, uma vez que posteriormente serão fonte para as próximas gerações, como pressupõe Fernández de Zamora (2014).

Nessa perspectiva, pensar o patrimônio de um modo mais amplo, sobretudo no campo da História, é pensar a construção historiográfica de um povo, entender seus modos de vida, sua cultura, sua organização social, isto é, o seu tempo. Diante disso, representam uma importante fonte de pesquisa para a História, visto que possibilitam um

transformar-se em função de uma temporalidade e de uma espacialidade. Diante dos expostos, fica claro que a definição de patrimônio está atrelada a ideia de espaço e tempo ao qual está sendo pensada.

⁸ Ver mais em: MIGUÉLEZ GONZÁLEZ, Elvira-Julieta. Concepto y método de restauración del documento gráfico. Berceo, Logronho, n. 128, p. 281-290, 1995.

⁹ Ver mais em: FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. Conocer, valorar y difundir el patrimonio documental de América Latina y el Caribe. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 75., 2009, Milão. Programme and proceedings. [S.l.]: IFLA, c2014.

entendimento que aproxima o presente do passado, permitindo que de alguma forma a conexão entre o hoje e o ontem seja possível, sobretudo, por meio da memória que o patrimônio proporciona.

Ademais, como pondera Amado e Ferreira (2006), a memória reflete justamente a presença do passado em suas mais diversas representações. Aqui, temos como principal representação da memória a sua forma arquivística, isto é, baseada nos documentos históricos. Nesse sentido, ainda segundo Amado e Ferreira (2006), “toda memória é, por definição, “coletiva” (...). Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade (...).” Assim, o patrimônio documental de Alcântara tem um papel indiscutível no que se refere a preservação e continuidade da memória coletiva e individual daquela sociedade.

Vale mencionar, também, que nem sempre o patrimônio abrangeu todas as classes, pelo contrário. Parafraseando Coelho (2004), as definições de patrimônio por determinado período, sobretudo durante o Estado Novo, estiveram pautadas na preservação de obras ditas “nobres”, isto é, que estivessem ligadas a história oficial do país. Em outras palavras, percebe-se que outrora o patrimônio foi utilizado como instrumento para construir a nação a partir do Estado (FONSECA, 2005). É digno de nota pontuar que, essa construção se deu, principalmente em benefício das classes dominantes, que por sua vez é representada por uma “história dos vencedores.”

Aqui, essa análise dos arquivos como representantes dos interesses de alguns, isto é, de uma classe que tem certo poder social, faz jus ao uso político desses documentos arquivísticos. Na análise de Gagnon-Arguin, “a criação dos documentos constituiu uma necessidade para o exercício do poder” (1998, p. 32). Ainda de acordo com a autora, pode ser atribuído aos documentos diferentes funções, desde a finalidade de reconhecer direitos até o registro de memórias, isso tudo reflete as necessidades e preocupações de diferentes épocas (1998, p. 35).

Franck B. Evans, prefaciando o livro de Rousseau e Couture, afirma que a escrita foi um instrumento que assegurou o registro de dados, informação e conhecimento para fins de comunicação e preservação, acrescentando que: “o que se seguiu foi que os documentos escritos permitiram aos mercadores, aos sacerdotes e aos reis consolidar e alargar o seu poder e sua influência através das instituições que eles próprios criaram” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 15 apud HANNESCH, 2013, p.19)¹⁰.

¹⁰ Segundo Hannesch (2013) esta perspectiva aponta para uma abordagem política utilitária dos arquivos, onde os aspectos jurídico, administrativo e informacional estão bem presentes, e onde são reforçados, também, os argumentos do papel político e social desempenhado por estas instituições.

Não obstante, neste trabalho, o patrimônio que interessa a pesquisa é justamente o documental, este, por sua vez, caracteriza-se, sobretudo por apresentar fontes riquíssimas de outros momentos da História dos antepassados. Nesse sentido, os documentos eclesiásticos, judiciários e municipais, compreendem os objetos dessa pesquisa e, por meio deles, se observa a riqueza de dados que os mesmos carregam, permitindo que o entendimento de como as sociedades de outras épocas estavam organizadas seja alcançado.

Dessa forma, os documentos abrangem toda a sociedade, isto é, dados de todos aqueles que fazem parte dela e, não apenas os ditos “elitizados”. Desse modo, incluindo, ainda, os pobres, marginalizados, mulheres, entre outros. A partir disso, é possível resgatar a história dos “não vencedores”, isto é, daqueles que em dado momento não possuíam representações, pois não eram dignos da memória para os detentores do poder, uma vez que não atendiam aos interesses dos então guardiões¹¹ da memória oficial. Assim, como pontua Burke, (1937), “memórias oficiais e não oficiais do passado podem diferir de forma aguda, e as memórias não-oficiais, que têm sido relativamente pouco estudadas, são às vezes forças históricas por seus próprios méritos.”

Partindo desses pressupostos, isto é, da relevância histórica proporcionada pelo patrimônio, em especial aqui, o arquivístico documental, é interessante considerar a indispensabilidade do mesmo para a construção do conhecimento histórico e científico. Nesse sentido, segundo Bellotto (2006), os arquivos registram informações que serão instrumentais para quem deles fizer uso¹². Em outras palavras, os arquivos se apresentam como ferramentas da administração, da História e da cidadania. Além disso, contribuem significativamente para a produção científica que, por sua vez ultrapassa os limites administrativos e da historiografia. Para Bellotto (2006, p. 24), “ultrapassa totalmente o uso primário, iniciando assim, os usos científico, social e cultural dos documentos.”

1.1 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/CULTURAL E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

¹¹ Como se sabe, a memória oficial de um país, Estado ou Município é preservada com base nos interesses daqueles que estão no poder. Dito isso, pode-se considerar “o governo como guardião da memória pública.” (AMADO; FERREIRA, p.88)

¹² Sobre a finalidade, isto é, qual o valor útil dos documentos, Bellotto (2006) explica com mais profundidade a partir da teoria das 3 idades (corrente, intermediário e permanente), que também é a abordagem que a arquivologia brasileira adota, bem como a atual legislação brasileira, a partir da lei 8159/1991.

O patrimônio abrange diversos tipos, desde a concentração da memória em manifestações arquivísticas e artísticas, até o patrimônio vivo, compreendendo outras expressões culturais como modos de falar, de se comunicar, de vestir, as festas religiosas, entre outros. Todavia, este trabalho compreende o patrimônio em seu tipo arquivístico documental.

Nesse sentido, o patrimônio histórico arquivístico documental que está no centro desta pesquisa, remete a documentos do século XIX, pertencentes a cidade de Alcântara, tais como documentos eclesiásticos, judiciários/cartoriais, bem como os municipais. Assim sendo, constituem o patrimônio histórico e cultural material vivo correspondente ao objeto central deste trabalho.

Mas, afinal, existe uma definição para patrimônio histórico? O Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, que dispõe sobre a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, em seu Art. 1º pontua que

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, p.1)

A partir dessa definição dada pela legislação, tem-se um entendimento de que o patrimônio histórico está relacionado ao interesse de uma maioria, bem como, vincula-se a fatos memoráveis da História de uma determinada localidade. Assim sendo, pode-se considerar os documentos arquivísticos como pertencente a esse patrimônio, visto que abarcam uma totalidade de informações de interesse público e privado, bem como compreendem o patrimônio histórico nacional em seu valor documental.

Vale destacar também que, o que pode ser considerando histórico não necessariamente está relacionado apenas a fatos “memoráveis”, isto é, que teve uma grande repercussão social. Pelo contrário, a História é construída ainda, pelas pequenas ações do dia a dia de uma sociedade. Pois, segundo Bellotto (2006, p. 25), “o arquivo de uma unidade administrativa armazena tudo o que ela produz, servindo à informação e à gestão.” Não é à toa que o patrimônio histórico documental de Alcântara, engloba documentos de pessoas comuns, que por sua vez são considerados pela historiografia por conter informações sociais relevantes, tais como a classe social daquelas pessoas, suas localidades, suas posses, entre outros.

Para Barbosa (2003), a preservação do patrimônio cultural nacional ocorreu de forma efetiva no Brasil, a partir da criação, em 1937, no governo de Getúlio Vargas, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Dito isso, vale considerar, portanto, o caráter excludente adotado pelo mesmo, uma vez que “a cristalização da identidade nacional, baseava-se em uma concepção linear e homogênea do termo cultura, deixando marcas irreparáveis para a memória coletiva do país¹³.” (BARBOSA, 2013).

Em outro tempo, a Constituição de 1988 dispõe sobre a definição de patrimônio de forma mais abrangente, considerando em seu artigo 216 como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Dito isso, percebe-se que a definição elaborada pela Constituição de 88, acerca do patrimônio, é bem mais completa, uma vez que considera os demais grupos e, não apenas fatos de grande repercussão. Além disso, é importante notar que, foi a partir dessa Constituição que o acesso pelos cidadãos brasileiros aos documentos produzidos pela administração pública foi permitido. Com isso, o direito à informação, bem como à memória passam a ser garantidos legalmente, em seu art. 5º, por meio dos incisos XIV e XXXIII, dizendo que

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Diante do que considera a Constituição, fica claro também que os documentos arquivísticos fazem parte do patrimônio histórico, constituindo, portanto, o que diz o Art. 216, inciso IV – “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (BRASIL, 1988).

¹³ Apesar dessa política de preservação excludente, Barbosa (2013), pontua que, ainda assim, é inegável a contribuição do SPHAN em preservar bens culturais de inestimável valor histórico e artístico. No entanto, não se pode desconsiderar o fato de o mesmo ter apagado “[...]marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população, alijada da reflexão para constituir-se em cultura.” (FENELON, 1992, p. 30 apud BARBOSA, 2013, p. 20)

Acerca disso, vale mencionar que segundo Castro (2008, p. 8) “a definição do que é considerado patrimônio, e nisto incluem os arquivos, é resultado de disputas muitas vezes conflituosas. Ou seja, a discussão sobre patrimônio está inserida num campo histórico de poder, socialmente configurado”.

Sobre a disputa de poder referente ao patrimônio, esta existe justamente para atender aqueles que o tem, isto é, para benefício próprio. Nessa medida, só é considerado patrimônio aquilo que convém para esse grupo. Nessa perspectiva, no campo dos arquivos não é diferente, principalmente pelo fato de, inicialmente, não haver pessoas especializadas para fazer a distinção entre o que deve ser elevado para a condição de histórico e o que deve ser descartado dentro da Administração Pública.

Ademais, sobre o elemento da História, pode-se entender esta como uma construção que por vezes pode se apresentar tendenciosa, assim como o que é considerado patrimônio. Diante disso, parafraseando Benjamin (1987), a História “[...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” Em outras palavras, a memória histórica não deve ser analisada a partir de um único ponto de vista, mas sim através do entendimento de que esta não é absoluta e nem linear e, muito menos, estática.

Por conseguinte, com base em todas as definições apresentadas acerca do que é o patrimônio histórico, fica claro que estas seguem as tendências históricas de seu tempo. Isto é, são definidas a partir de um entendimento de poder acerca do que deve ser considerado patrimônio, ou seja, do que deve ser preservado para a posteridade. Segundo essas tendências, leva-se em consideração, principalmente, a disputa pela memória de um grupo, decidido em construir uma versão unilateral dos fatos, que constituiria a história oficial.

Outrossim, segundo Barbosa (2013), a memória seria basicamente uma disputa entre grupos e, a História uma construção a partir dessas disputas, configurando-se, portanto, como uma História tendenciosa. “A História e Memória Social¹⁴ são forças ativas que modelam nosso presente e nossas perspectivas de futuro [...]” (CRUZ; PEIXOTO, 1998, p. 418 apud BARBOSA, 2013, p. 130). Assim sendo, vale pontuar que a relação entre a Memória e a História está posta da seguinte maneira

A memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim,

¹⁴ As discussões colocadas também nos levam ao conceito de memória, pois entendemos os arquivos como lugares onde a “memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7 apud BARBOSA, 2013, p. 121).

uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. (SAMUEL, 1997, p. 44 apud BARBOSA, 2013, p.121)

Para Barbosa (2013, p. 130.), “estudar os processos de construção da memória social é perceber como nossas ações diárias e o que vemos e vivemos cotidianamente tem um sentido político implícito.” Nessa perspectiva, a política serviria justamente como um jogo de poder¹⁵, agindo diretamente na transformação, bem como na construção da realidade, quer seja ela positiva ou negativa. Nesse jogo, a memória é só uma peça que está a serviço daquele que detém o poder, tendo seu valor estabelecido por aquilo que se pode fazer dela e, não necessariamente, por aquilo que ela representa.

1.2 DEFINIÇÃO DE ARQUIVO E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Erroneamente, ao pensarmos em arquivos, logo nos vem à mente um amontoado de papéis velhos sem muita relevância. Mas o que devemos saber é que os arquivos têm seus conceitos, funções e classificações, bem como é assegurado por lei. No que tange a conceituação de arquivo, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o define como sendo o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (2005, p.27).

Assim sendo, o suporte está ligado ao meio de armazenamento de informações dos documentos, ou seja, pode ser em papéis ou dispositivos eletrônicos. Logo, partindo desse conceito, a principal função do arquivo está relacionada a guarda, conservação e organização dos registros produzidos e acumulados pela pessoa física ou jurídica.

Outro termo que pode gerar confusão na mente das pessoas leigas, é o acervo, pois também se refere à arquivo. Ainda conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística, acervos são considerados “documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (2005, p.19). De modo geral, acervo e arquivo não são a mesma coisa, mas estão associados ao mesmo objeto, isto é, aos documentos. Dentro de um arquivo podem existir diferentes acervos de documentos, provenientes de diferentes instituições. O arquivo quando produzido lhe é atribuído finalidades, uma delas é a pesquisa histórica.

¹⁵ Ver mais em: NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

A relevância histórica atribuída ao arquivo, contribui para a produção de conhecimento a posteriori de uma dada sociedade, visto que os mesmos podem ser de cunho público ou privado¹⁶. Em outras palavras, a papelada produzida por órgãos públicos e privados dispõe de informações importantes sobre o funcionamento das funções administrativas de uma cidade, estado ou país.

Os arquivos privados, por sua vez, são caracterizados pela produção de documentos da pessoa física ou jurídica, ou seja, através desses documentos pode-se construir um conhecimento da história econômica, cultural e social de um local. Há uma riqueza de informação nesses arquivos, portanto, requerem conservação e preservação adequadas.

Sobre os arquivos públicos, a professora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto, em seu livro “Arquivos Permanentes (2006)”, pontua que eles “existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador” (BELLOTTO, 2006, p. 227).

A partir disso, é fundamental entender que a legislação arquivística não é em si uma política pública, visto que atua como normalizadora, isto é, estabelece as bases legais da área da arquivística. Pensando nisso, “é compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão¹⁷, uso e preservação¹⁸ dos arquivos”. (JARDIM, 2008, p.7)

Ademais, em relação ao arquivo, sabe-se que estes constituem uma rica fonte de conhecimento histórico, social e cultural, visto que neles estão contidas uma infinidade de informações acerca de diversos contextos histórico-socio-culturais. A respeito disso, fica evidente o peso histórico que o mesmo detém, visto que carrega consigo inúmeros dados que em algum momento serão decisivos para a História.

¹⁶ Para mais informações ver a lei n° 8159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

¹⁷ A Lei 8159/91 que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos, em seu Art. 3° considera gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente. Foram implementados o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) e o SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo), para assegurar a gestão de documentos nos órgãos públicos, facilitar o acesso à informação, estabelecer responsabilidade penal sobre quem causar danos aos arquivos e estabelecer diretrizes para destinação legal e eficiente dos documentos.

¹⁸ Na gestão documental, uma das atividades fundamentais é a conservação preventiva, isto é, um conjunto de práticas abrangentes que, por sua vez são responsáveis por ampliar ao máximo o tempo de vida útil que um documento precisa ter, de acordo com sua temporalidade e seu uso. A preservação, por sua vez, assegura, no decorrer do tempo, o acesso, que tem de ser planejado e pensado de maneira realista.

Em linhas gerais, os arquivos podem ser caracterizados como sendo ferramentas da Administração, da cidadania, do direito, da historiografia, bem como dos historiadores. Outrossim, serve como instrumento indispensável da ciência, isto é, registra informações para servir a quem necessita. (BELLOTTO, 2006)

Segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. (BELLOTTO, 2006, p.35)

Não obstante, nota-se que para além de uma função de fonte primária para os pesquisadores, em especial os historiadores, os arquivos também devem atingir um outro objetivo, que compreende justamente uma projeção social, ou seja, é importante que exista um compartilhamento dessas informações no âmbito popular e cultural. Pois, segundo a legislação brasileira, em seu Art. 216, parágrafo 2º - cabe a Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Consoante ao ciclo de vida dos documentos, os arquivos são classificados em *correntes, intermediários e permanentes*. Tal classificação auxilia na organização, preservação e, inclusive, na acessibilidade dos documentos contidos nos arquivos. Nesse sentido, os documentos são categoricamente analisados até serem designados para os arquivos permanentes. Desse modo, o trabalho arquivístico trata dos arquivos permanentes como forma de aquisição e propagação de conhecimento.

Sobre estes arquivos, Bellotto (2006) evidencia que:

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo, além de fontes não governamentais. (BELLOTTO, 2006, p.27- 28)

À primeira vista, um documento administrativo pode parecer relevante apenas para a instituição que o produziu. Todavia, como já fora pontuado por Bellotto (2006), os arquivos permanentes são construídos a partir desses documentos, após um longo processo de gestão documental, ou seja, as fases de um documento, compreendendo sua

produção (criação), utilização (uso e tramitação) e destinação (eliminação ou recolhimento).

A gestão de documentos está presente na Lei 8.159/91 – esta dispõe dos regulamentos referentes aos arquivos públicos do Brasil – da seguinte maneira: “Art. 3º - considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”

Portanto, os arquivos se fazem necessários para a realização dessa análise histórica mais próxima dos fatos, visto que estes são compostos de informações que tem como finalidade provar os acontecimentos que outrora foram relevantes para a administração. Como pontua Bellotto, a História se constitui com base numa infinidade de papéis/documentos arquivísticos, que fazem parte do cotidiano das pessoas (certidão, notas fiscais, RG, entre outros), e por sua vez são indispensáveis. Dito isso, é importante que se tenha uma boa gestão documental, a fim de que esses dados sejam protegidos e conservados da melhor forma.

Por conseguinte, assim como a definição de patrimônio, o que é considerado arquivo também está sujeito a vários sentidos e conceituações ao longo da História. Dito isso, Camargo pontua que

Em português a palavra arquivo pode assumir diferentes significados. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o conceito de arquivo contempla quatro significados distintos, conforme o objeto de apreciação e circunstância considerada. Assim, tanto pode ser: a) o conjunto de documentos que, independentemente da sua natureza ou suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; b) a entidade administrativa responsável pela custódia, tratamento documental e pela utilização dos arquivos(a) sob sua jurisdição; c) o edifício ou depósito onde são guardados os arquivos(a); e d) o móvel destinado à guarda de documentos (CAMARGO et al., 1996, p. 5 apud HANNESCH, 2013, p.17).

Por outro lado, segundo a legislação arquivística brasileira o arquivo pode ser definido como:

um conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de exercício de atividades específicas, bem como por uma pessoa física, qualquer que seja a natureza do suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Diante dessas conceituações, conclui-se que, “portanto, o arquivo não se define pela forma dos documentos ou por sua origem, mas pela razão para que foram criados e por sua forma de acumulação orgânica¹⁹ (HANNESCH, 2013, p. 17). Assim, justifica-se, por exemplo, as várias definições recebidas por esse termo, isto é, o uso dado aos documentos de arquivos resultará numa definição nova para o mesmo.

1.2.1 Documentação em suporte de papel

Como fora pontuado anteriormente, a documentação histórica é de fundamental relevância para garantir a preservação da memória de um povo. Assim, toda a documentação, a princípio, pertencente ao campo administrativo, compõe dados que servirão para a construção da memória histórica. Nesse sentido, para que toda essa documentação fosse preservada, em diferentes períodos e civilizações, várias práticas de preservação e conservação foram sendo utilizadas. Aqui, destaca-se a documentação em suporte de papel.

Como se sabe, preservar a documentação histórica não é uma tarefa fácil. Todavia, se torna mais difícil quando não se faz uso de práticas de preservação eficazes e corretas. Dito isso, preservar um documento permanente inclui pensar toda a sua estrutura material e local, isto é, todas as suas camadas e possíveis interferências, desde a iluminação até a climatização do ambiente. Antes disso, é interessante o uso de bons materiais na sua produção, isto é, definir com critério o tipo de tinta²⁰, bem como o papel²¹ a ser utilizado.

A tinta pode ser considerada como um dos elementos externos de degradação, porque interage com os elementos do papel formando ácidos e promovendo sérios danos. A mais agressiva dessas tintas²² foi utilizada desde a Idade Média, tendo sido lentamente substituída, no início do século XX, por tintas industrializadas. Algumas destas fórmulas ainda continham compostos metaloácidos, o que se comprova pela transformação, ao longo do tempo, dos tons azuis em castanhos. (GUIMARÃES; BECK, 2007, p. 55)

Diante do que considera a historiadora Guimarães e a museóloga Beck, fica evidente a contribuição da tinta para a deterioração mais rápida do documento,

¹⁹Ver mais em (HANNESCH, 2013, p. 17 e 18)

²⁰ Ver mais em: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Conservação de Acervos. Organização de: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Cláudia Regina Alves da Rocha. — Rio de Janeiro: MAST, 2007.

²¹ A durabilidade do papel está relacionada à qualidade dos seus materiais constituintes. (BECK, 2007).

²² Tinta ferrogálica.

dependendo do nível de sua qualidade, bem como de sua composição. Portanto, é importante ter um conhecimento mínimo de algumas técnicas de restauro do papel, assim como, conhecer a estrutura dos materiais que compõem o seu acervo documental. (GUIMRÃES, 2007). A partir disso, possíveis danos aos documentos podem ser retardados, promovendo sua longevidade.

Pode-se afirmar que, até o final da Idade Média, a conservação de suportes da escrita se fez, preferencialmente pela manutenção e proteção em boa guarda dos documentos, por meio de acondicionamento e armazenagem em sacos, caixas, armários, arcas e cofres e o uso de pó repelente de insetos, bem como pela produção de cópias e transcrições. (HANNESCH, 2013, p. 67).

Como se sabe, diante do que pontuou Hannesch (2013), a guarda e proteção dos documentos se fez por vários meios, tudo isso a partir de um contexto específico, até se concretizar nas práticas de hoje. Nesse sentido, na atualidade, em virtude dos avanços científicos e dos novos conhecimentos sobre práticas de preservação e restauração, pode-se afirmar que há mais possibilidades no que se refere as técnicas de cuidados com os documentos do que se tinha anteriormente.

Por ação de preservação e conservação de documentos em todo período medieval, identifica-se a cópia, a transcrição, o reparo e o ‘reavivamento’ de tintas daqueles documentos que tinham um uso específico. Isto representou a priorização de tratamento dos documentos segundo sua utilidade e não pelo reconhecimento de valores secundários (SCHELLENBERG, 1974, p. 36 apud HANNESCH, 2013, p. 69).

Como se percebe, em todo o período medieval, as práticas de preservação e conservação se apresentavam em certa medida de forma bastante limitada, haja vista que suas técnicas eram bastante restritas, além de seletivas. Isto posto, pode-se afirmar que, outrora os documentos eram preservados a partir de sua utilidade e não por se apresentarem como fontes históricas. Assim, como determina Hannesch (2013), “[...] é somente quando se estabelece o valor do documento de arquivo como patrimônio que muitas práticas passam a ser revistas.”

O papel começou a ser introduzido como suporte de uso cotidiano europeu nos séculos XI e XII, trazendo novos desafios à conservação dos documentos. (HANNESCH, 2013, p. 70). Diante disso, desde sua adesão como suporte documental, este passou por várias alterações, visto que “é preciso prover condições de conservação para que estes

registros tenham assegurada a sua sobrevivência, até que possam ser transferidos para um novo suporte, como o microfilme e o meio digital. (BECK, 2007, p. 55).

Os papéis antigos, anteriores a 1850, foram produzidos com material obtido de trapos de tecidos, por isto estes papéis são chamados de papéis de trapo. Além da celulose de alta pureza, das fibras de algodão e linho, o processo artesanal utilizava uma água que vinha das montanhas, carregada de carbonatos, portanto, alcalina. Resumindo, o processamento dos papéis em água alcalina, com celulose de alta pureza e acabamento com carbonato de cálcio, resultava em um papel de alta qualidade. (BECK, 2007, p. 54)

Ainda assim, posteriormente a 1850, houve outras composições no papel, como por exemplo, a sua confecção a partir de fibras de madeira. Entretanto, essa nova composição, por sua vez, não foi bem aceita, haja vista que os materiais necessários para seu acabamento, como cargas e colas provocavam acidez e, conseqüentemente dificultava a durabilidade do papel. Todavia, a partir de 1980 na Europa e de 1990 no Brasil, a indústria voltou a produzir papéis em condição alcalina, que por sua vez eram benéficos para a resistência dos documentos, diferente dos papéis ácidos²³. (BECK, 2007)

Vale destacar, portanto, que inicialmente a formação da folha era feita da seguinte forma

Para formação da folha, mergulhava-se um molde²⁴ em um recipiente contendo uma mistura de fibras, carga²⁵ e um aglutinante²⁶ e retirando-o em seguida. A pasta ficava depositada como uma camada sobre a superfície do molde, enquanto a água, em excesso, era escoada através da tela. Em seguida, a folha formada, e ainda úmida, era colocada sobre uma superfície de feltro, que ajudava a eliminar a água. Empilhavam-se os feltros com as folhas formadas, e levavam-nos à prensa para secagem sobre pressão, o que conferia uma homogeneidade superficial à folha. (HANNESCH, 2013, p. 70, notas da autora).

Não obstante, é digno de nota observar, também, que mesmo com as novas descobertas químicas em relação a composições menos danosas aos papéis, muitos documentos que foram escritos em papéis ácidos tiveram suas informações

²³ Se, por um lado, podemos estar mais sossegados com a durabilidade dos acervos mais recentes, produzidos sobre papéis alcalinos, (a partir da década de 1990), temos que redobrar a atenção sobre uma importante parcela de documentos sobre papel ácido. (BECK, 2007)

²⁴ Uma estrutura de madeira com uma rede de fios de arame sobrepostos na forma de uma trama.

²⁵ É um material inerte de origem mineral, que tem como função preencher os espaços vazios existentes entre as fibras de celulose, fazendo com que o suporte se torne uma massa compacta, porém com menor custo. São exemplos de carga a argila, o silicato de alumínio hidratado (caolin) ou o carbonato de cálcio.

²⁶ É usado na consolidação dos diferentes componentes do papel. São exemplos de aglutinantes o amido, a gelatina, as resinas de emulsão como a colofônia, os estirenos, o acetato polivinílico, entre outros.

comprometidas. Nesse sentido, é interessante buscar novos meios de conservação desses documentos, justamente para que estes venham a ser resguardados em outros suportes, como os digitais. Assim, mesmo que o suporte original se degrade, os dados estarão salvos.

Nessa perspectiva, Beck (2007, p. 56), propõe o seguinte:

Quais seriam, neste caso, as barreiras para evitar que a acidez progrida rapidamente nos documentos? Algumas soluções podem ser adotadas rapidamente; por exemplo: a melhoria das condições ambientais, com desumidificação e ventilação e ainda usando embalagens com cartões termo-isolantes e alcalinos, que promovam proteção física, estabilizem a temperatura e umidade do ar em seu interior, evitando problemas de condensação de umidade e formando um micro-clima favorável à preservação. Desta forma, a velocidade de degradação pode ser drasticamente reduzida.

Assim, como determina Beck, é importante que sejam adotadas medidas de preservação²⁷ e conservação²⁸, a fim de combater possíveis agentes degradantes. Dito isso, é fundamental olhar para a situação climática na qual os documentos estão sujeitos, não somente isso, olhar também o meio físico em que os mesmos estão sendo guardados. Outra medida que favorece a estabilização do clima²⁹ é a utilização de envelopes³⁰, estes agirão diretamente no equilíbrio climático, uma vez que promoverá uma barreira contra o clima externo, criando um microclima interno estável para a conservação do documento em suporte de papel. Portanto, Beck (2007, p. 59) conclui dizendo que

A restauração deveria sempre ser o último recurso a ser cogitado e, sempre que possível, postergado em favor de ações de conservação preventiva, de efeito mais abrangente. Uma obra ou coleção pode apresentar danos, mas um bom acondicionamento pode reduzir a velocidade de degradação.

²⁷ Segundo o Programa Memória do Mundo, o conceito de preservação abarca a soma das medidas necessárias a garantir a acessibilidade permanente do patrimônio documental. (MEMÓRIA, 2002, p. 10 tradução de Hannesch, 2013)

²⁸ Segundo o Programa Memória do Mundo, o conceito de conservação abrange o conjunto de medidas necessárias para evitar uma deterioração do documento original e que requer uma intervenção técnica. (MEMÓRIA, 2002, p. 10 tradução de Hannesch, 2013)

²⁹ Tal como acontece com todo ser humano, até mesmo documentos precisam de ar e luz. [...] a entrada de ar e, em seguida, a ventilação [são] muito necessárias ao local do arquivo por remover o ar velho e a condensação de vapor de água que penetra a partir das paredes, e, em seguida, o perigo de um fungo e deterioração do mobiliário. (CASANOVA, 1928, p. 43 apud Hannesch, 2013, p.42 – tradução da autora).

³⁰ Também conhecidos por invólucros. Como descreve Beck (2007), os envelopes que protegem os documentos devem ter medidas padronizadas e sempre ser maiores que as dos documentos. O fechamento, no caso de serem coladas as abas laterais, precisa ficar externo, para evitar danos e o contato do adesivo com os documentos.

1.2.2 Documentação em suporte de papel como fonte histórica

Como já fora pontuado nos tópicos anteriores, a documentação em suporte de papel atua como uma importante fonte histórica, visto que são produzidos por entidades administrativas locais que servirão de prova no futuro para quem deles fizer uso. Posto isso, é interessante fazer uma análise mais abrangente sobre o conceito de fonte histórica, visto que abrange uma série de definições relevantes para este estudo. Diante disso, Barros (2019, p. 15), pondera que

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

Por conseguinte, pode-se concluir que o conceito de fonte histórica corresponde basicamente a todas as invenções humanas situadas em um determinado espaço e tempo. Em outras palavras, pode-se dizer que os documentos em suporte de papel, isto é, os históricos, são evidências que podem ser categorizadas a partir do entendimento do termo, uma vez que foram produzidos pela ação humana e contém informações relevantes acerca de várias épocas. Sobre esses documentos, Bellotto (2006, p. 271) evidencia que

A informação administrativa – contida, por sua realidade jurídico-institucional, nos arquivos correntes e, posteriormente, como testemunho em fase intermediária ou como fonte histórica, custodiada nos arquivos permanentes – não se restringe a si mesma. Se a considerarmos de modo mais abrangente, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro por meio de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada a outros dados/informações oriundos de campos não arquivísticos.

Não obstante, pode-se inferir que a importância do documento ultrapassa as barreiras do conteúdo propriamente dito, alcançando, portanto, a ideia de memória³¹. Em

³¹ A memória no sentido básico do termo, é a presença do passado (p. 94). Ver mais em: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História oral. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (capítulo 6 e 7).

outras palavras, transcende a sua própria finalidade primária, seja ela qual for. Nessa perspectiva, todos os documentos que em um primeiro momento pertenceram a administração, posteriormente são utilizados como fonte para o historiador. Nesse sentido, os testemunhos que se reúnem sobre o ato/fato administrativo passam da restrita condição de instrumento gerencial e alcançam uma posição dentro de um conjunto testemunhal (BELLOTTO, 2006, p. 271), corroborando, portanto, para a construção, ou melhor dizendo, para a preservação da memória.

Sobre o conceito de Memória, Bellotto (2006, p.274) evidencia que

a memória é um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não. A memória é referenciadora, e não recolhadora ou armazenadora. Os documentos existem nos seus lugares, sem que se tente reuni-los materialmente. Basta que a informação esteja captada, o objeto identificado, localizado e disponível para o pesquisador.

Ainda sobre os documentos como fonte histórica, vale pontuar que eles são suscetíveis a problematizações, posto que são criações baseadas em estruturas políticas e sociais de determinadas épocas. Nessa perspectiva, a nova historiografia interpretativa, busca, sobretudo desenvolver análises, propor hipóteses e problematizar os processos históricos por meio desses vestígios. Sobre isso, Barros (2020, p. 10) complementa dizendo que

No seio de uma nova história-problema, hoje já francamente estabelecida, as fontes históricas assumem novos papéis, para além da mera disponibilização e comprovação de conteúdo informativo. As fontes não seriam meros registros repletos de informações a serem capturadas pelos historiadores, mas também diversificados discursos a serem decifrados, compreendidos, interpretados. Não mais seriam apenas uma solução para o problema, mas parte do próprio problema.

Os documentos em suporte de papel observados nesta pesquisa estão associados aos documentos eclesiásticos, judiciários e municipais - estes serão mais bem esclarecidos no próximo capítulo. Nesse sentido, vale considerar que os mesmos constituem as fontes históricas propriamente ditas, visto que englobam produções feitas pela humanidade e, que podem auxiliar na compreensão desses contextos a partir da análise dos mesmos. Esses documentos, por sua vez, carregam informações da passagem humana pelo espaço e tempo em que pertencem. Por esse aspecto, servirão de testemunho, prova, ou mesmo registro que sustentará o discurso do historiador.

2. ALCÂNTARA: UM TESOURO QUE SE ESVAI NAS INTEMPÉRIES

Alcântara, assim como outras cidades, possui sua própria história. Esta, por sua vez, é carregada de reviravoltas e acontecimentos que em sua maioria não se apresentam de forma positiva, pois grande parte do seu patrimônio sofreu deterioração a partir das ações do tempo. Nesse sentido, será feita uma abordagem rápida sobre a sua formação, a fim de decifrar algumas das razões que justifiquem o título do capítulo – Alcântara: um tesouro que se esvai nas intempéries.

Por conseguinte, vale considerar que, ainda no século XIX, Alcântara era constituída por quatro freguesias, sendo São Matias, São João de Cortes, Santo Antônio e Almas dos Campos e São Bento. Todavia, apenas três continuaram fazendo parte de Alcântara até o fim do século, pois São Bento posteriormente acabou se desmembrando. Por outro lado, já no século XX, em 1935, a freguesia de Santo Antônio e Almas seguiu os passos de São Bento e desmembrou-se definitivamente de Alcântara. Atualmente equivale ao município de Bequimão (SANTIROCCHI, 2018).

Diante dessas informações, é digno de nota pontuar o nível de importância que cada freguesia/paróquia representava para Alcântara naquele contexto³². Sobre essa questão, a principal delas era a de São Matias, pois apresentava um influente núcleo urbano, bem como era o local em que estavam os fazendeiros e produtores de algodão - um dos principais produtos da economia alcantareense. Em segundo lugar estava a freguesia de São João de Cortes. Como fora pontuado anteriormente, Santo Antônio e Almas dos Campos e São Bento se consolidaram entre os séculos XIX e XX, isso se justifica também por se caracterizarem como regiões de expansão de fronteira.

São Matias é a primeira paróquia de Alcântara. A povoação portuguesa se desenvolveu numa localidade onde já existia uma aldeia indígena, chamada Tapuitapera. Logicamente essa ocupação não ocorreu sem conflitos e tensões, como demonstram documentos³³ do século XVII e também a historiografia.³⁴ Tapuitapera seria a principal localidade de uma capitania denominada Cumã. Todavia permaneceu ligada e Câmara de São Luís até 1648, quando foi desmembrada. Posteriormente foi rebatizada de Santo Antônio de Alcântara, com a Matriz dedica da São Mathias. (SANTIROCCHI, 2018, p.26, notas do autor)

³² Século XIX E XX.

³³ BERREDO E CASTRO, 1749; REIS, 1984.

³⁴ CHAMBOULEYRON, 2006; CHAMBOULEYRON, 2006; CARDOSO & CHAMBOULEYRON, 2009; CARDOSO, 2013.

Como Santirocchi (2018) menciona, onde atualmente se compreende o município de Alcântara, anteriormente fora habitado por populações indígenas. Entretanto, essa região antes denominada Tapuitapera foi alvo de disputas territoriais de franceses e portugueses. Como resultado dessas disputas violentas, Tapuitapera se tornou colônia de Portugal, estabelecendo-se ali a capitania de Cumã. Vale mencionar, também, que em 1648, essa região recebeu o título de vila de Santo Antônio de Alcântara (VIVEIROS, 1999, p. 28; ALMEIDA, 2006, p. 95, BRAGA, 2011, p. 29-37 apud SANTIROCCHI, 2018, p.7).

Sobre isso, PFLUEGER (2014) diz que

No século XVI a antiga aldeia dos tupinambás, Tapuitapera, foi alvo da disputa de franceses e portugueses, devido à sua estratégica posição no golfo maranhense. Em 1648, ela foi transformada em vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara, sob a tríade das igrejas e conventos do Carmo, Matriz e das Mercês. No século XVIII, a vila transformou-se em um importante entreposto comercial e sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão, consolidando um importante conjunto arquitetônico luso-brasileiro (PFLUEGER, 2014, p.146)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a região onde é hoje o município de Alcântara, atendeu por muito tempo as demandas de Portugal, tanto no Período Colonial e, posteriormente, no Imperial. Dito isso, pode-se afirmar que, com a decadência da economia alcantareense e a saída dos grandes fazendeiros dessas localidades, iniciou-se ali o processo de abandono e desvalorização de Alcântara. Segundo Braga (2011) “a decadência começou em 1865, com a transferência da produção açucareira do litoral para os vales, que apresentavam a vantagem do escoamento da produção pela navegação fluvial”. Além disso, as iniciativas pela abolição da escravidão³⁵ foi um fator decisivo para alimentar essa crise, visto que interferia diretamente na produção econômica local.

Um fato curioso sobre o abandono das fazendas por parte dos fazendeiros ricos da época, bem como sobre a expulsão dos jesuítas³⁶, diz respeito ao povoamento de quilombolas nessas localidades. Não obstante, como pondera Braga (2011, p. 33), “as fazendas passaram por um processo de completa desagregação, entregues a antigos escravos promovidos a “zeladores de confiança”. A partir disso, Alcântara por não

³⁵ Inicialmente a colonização da região utilizou a mão de obra nativa, mas no decorrer do século XVIII foi sendo substituída pela mão de obra cativa africana. A presença dos jesuítas e a sua luta contra a escravidão indígena, para que pudessem aldeia-los em suas missões, contribuiu para a substituição da mão de obra e para um constante conflito entre os padres e os colonos (SANTIROCCHI, 2018, p.7).

³⁶ A expulsão definitiva dos jesuítas desse território deu-se em 1759 (SANTIROCCHI, 2018, p.7).

apresentar nenhum interesse econômico, foi gradativamente sendo esquecida pelo Estado, ficando invisível ao Poder Público. Nesse sentido, ficou conhecida por suas ruínas e, por ser local de habitação de muitos quilombolas³⁷.

É inegável o valor histórico que Alcântara possui, não só por se apresentar como uma das cidades mais antigas do Maranhão, mais também por compor uma riqueza gigantesca no que se refere ao seu patrimônio material e imaterial. Sobre a população da cidade, segundo dados da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, esta é composta em sua maioria por descendentes de quilombolas e indígenas. Diante desse fato, em 1948, Alcântara³⁸ foi considerada patrimônio cultural do Brasil, evidenciando assim, sua importância histórica e sua riqueza étnica e cultural.

A Lei nº 244, de 10 de outubro de 1997 - elaborada pelo Iphan -, estabeleceu a proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico de Alcântara, definiu seus limites e regulamentou a ocupação e uso do solo. Em 2004, o Iphan passou a considerar o patrimônio de Alcântara como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. Na área tombada encontram-se, aproximadamente, 400 imóveis. (SANTIROCCHI, 2017, p.9)

Ainda segundo Santirocchi, “o tombamento justificou-se pela existência de um importante conjunto da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII.” Sobre isso, destacam-se como principais patrimônios localizados na região, igrejas antigas, como por exemplo, Nossa Senhora do Carmo e a de São Matias. Além disso, pode-se destacar um forte do século XVIII e palacetes em ruínas, que por sua vez evidenciam os traços europeus proporcionado pelo contato entre a aristocracia alcantareense e Portugal.

Como se observou até aqui, Alcântara é reconhecida muito por seu valor histórico e cultural, em virtude de ter sido uma das primeiras regiões da baixada, bem como ser habitada por populações originárias e, que tiveram grande impacto na construção daquela sociedade. Assim sendo, para além dessas questões, pode-se afirmar que mesmo com

³⁷ O surgimento das comunidades negras rurais de Alcântara é histórico e estabeleceu-se em grande parte das terras que foram abandonadas e ficaram, ao longo de quase duzentos anos, sob a égide dos trabalhadores negros, dos escravos fugidos, dos índios, e dos mestiços que lá permaneceram (BRAGA, 2011, p. 36).

³⁸ A Cidade de Alcântara foi tombada como Patrimônio Arquitetônico, Histórico, Artístico e Arqueológico do Brasil, desde a década de 1940. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara foi tombado pelo Iphan, em 1948, quando tinha como limite todo o município, sendo que a cidade antiga de Alcântara, mantinha suas características urbanas e arquitetônicas do século XVIII. Em 1948, Alcântara recebeu o título de Cidade Monumento Nacional (SANTIROCCHI, 2017, p.8)

todas essas informações históricas, a cidade ainda é pouco explorada pela historiografia do Maranhão.

Dito isso, pode-se considerar os documentos históricos dessa região – que compreendem fontes instrumentais da História –, tais como os registros eclesiásticos, judiciários e municipais, como essenciais para a ampliação dos conhecimentos historiográficos sobre Alcântara. Prova disso, decorre do fato que esses arquivos documentais contêm “informações relativas aos fregueses, como nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título, etc.), moradia, estado matrimonial, entre outras” (FRAGOSO, 2014, p. 23).

Sobre isso, é perceptível que com o auxílio dessa documentação histórica, seria possível, em teoria, recuperar toda a população dessa região, mas para isso, é necessário ter acesso a elas. Todavia, como se sabe, o fato de haver um “esquecimento dessa documentação”, faz com que ela seja pouco explorada e quase sempre inacessível. Assim, segundo Santirocchi (2018, p. 9):

Cabe sublinhar que embora sejam fontes riquíssimas, elas estão depositadas em vários e dispersos fundos arquivísticos, alguns dos quais se encontram com restrições de acesso, por estarem sob a guarda de associações religiosas ou privadas. Muitos destes documentos já estão com acesso proibitivo devido à má conservação, sendo urgente a restauração de uma grande quantidade de documentação.

Consoante com as ideias de João Fragoso (2014, p. 22), “um dos corpora documentais ainda pouco explorado são os registros paroquiais”, sendo uma das “únicas coleções seriadas e massiva que possuímos”. Nessa perspectiva, pensar esses registros (batismos, casamentos, óbitos) é essencial para entender sobre as trajetórias de mobilidade social, sobre hierarquias e religiosidade da população alcantareense de outros contextos.

Como já fora pontuado, há uma gigantesca riqueza histórica e cultural na cidade de Alcântara. Entretanto, essa riqueza, infelizmente, a cada dia está sendo consumida pelo tempo e, se desfazendo. Isso se dá, sobretudo porque não há atenção dos órgãos governamentais para aquela região e, como fora observado, se trata de uma questão antiga, isto é, histórica.

Em outras palavras, percebe-se que a partir do século XIX, onde se nota uma perda significativa de poder político e econômico na região, o que antes era conhecido por suas belíssimas construções com o tempo vai se tornando ruínas. Vale lembrar, portanto, que

não somente as construções foram atingidas pelo descaso e pelo tempo, mas outro importante patrimônio, esquecido nos porões das instituições municipais ou das casas particulares - os acervos documentais.

Sobre isso, fica claro que grande parte do que fora conservado em Alcântara esteve mais pautado no abandono e esquecimento do que propriamente na preservação dessa cidade histórica. Na medida em que os proprietários ricos do oitocentos saíram da região alcantareense, migrando para outros centros urbanos mais desenvolvidos, um número significativo da população que permanecera em Alcantara naquele contexto limitou-se aos descendentes de quilombolas e escravos. Diante disso, pode-se inferir que “o esquecimento levou ao silêncio e o silêncio ao abandono”. Soma-se a isso, é urgente o resgate da História e da Memória dessa região, visto que é a partir disso que a autoestima e identidade dessa população poderá se fortalecer novamente, corroborando para que “Alcântara continue sendo uma cidade histórica, mas não mais pelo seu abandono e sim por se tornar viva e pulsante para atualidade” (SANTIROCCHI, 2018, p.9).

2.1 DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS, JUDICIÁRIOS E MUNICIPAIS

Como já foi dito outras vezes, o presente trabalho tem como foco de análise o patrimônio documental de Alcântara, isto é, seus documentos históricos³⁹. Sobre isso, os documentos analisados foram os eclesiásticos, judiciários e municipais, sendo esses, por sua vez, a base para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim sendo, antes de abordar as características e suas finalidades, é importante ter a dimensão informacional que estes detêm, visto que são formados por dados fundamentais para a análise e entendimento histórico de uma sociedade.

Sobre os Documentos Eclesiásticos, estes estão associados a Igreja Católica e, compreendem os registros vitais, abrangendo, por sua vez os atestados de óbitos, certidão de batismo e casamento. Os registros paroquiais⁴⁰, isto é, elaborados pela igreja, são considerados um dos meios mais importantes para analisar as populações cristãs modernas, visto que abordam características sociais importantes sobre a vida de famílias inteiras, podendo ter valor religioso e também civil (BASSANEZI, 2009). Sobre isso, Bassanezi diz que

³⁹ A documentação base deste trabalho é referente às fontes presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro. Esse bispado abrange cidades das Microrregiões da Baixada, das Reentrâncias Maranhenses e Alcântara.

⁴⁰ Documentos eclesiásticos ou registros vitais.

[...] o Registro Paroquial possuía um caráter religioso com força de um ato civil para cada indivíduo, servindo, inclusive de base legal para operações seculares, como, por exemplo, os processos de herança. [...] O mundo da infância, da família de livres de escravos, da mulher, das condições de saúde e dos mortos, das doenças e epidemias descortinou-se para os pesquisadores com base nas informações contidas nos registros paroquiais e civis [...] (BASSANEZI, 2009 p. 143-145).

A partir das considerações da autora, pode-se concluir as possibilidades que os registros vitais desencadearam para a pesquisa histórica, visto que através de suas informações se tornou viável adentrar outros séculos, entendendo seu tempo e sua população. Nessa perspectiva, analisar, por exemplo, esses registros, é descobrir dados relacionados com a vida espiritual, bem como social e material de indivíduos que atualmente se apresentam como históricos. Assim, no que se refere as informações contidas nessas documentações, Ferreira (2015, p.7), nos informa que

Nos assentos de batismos deveria constar: data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um dos padrinhos, a assinatura do sacerdote. Os registros de matrimônio teriam que constar as seguintes informações: data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade e a assinatura do sacerdote. Nos registros de óbitos as informações fornecidas eram mais simples, registrava-se a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil, outras observações e assinatura do sacerdote.

Diante disso, se percebe a influência da igreja na criação desses documentos e na vida dos indivíduos, haja vista que a participação de um sacerdote era indispensável para a validação do registro. Não obstante, a partir dos dados fornecidos pelos registros paroquiais, é possível verificar questões acerca das pessoas que faziam parte da sociedade, suas condições sociais e seus laços parentais, as condições de nascimento e batismo, bem como causas da morte, além das relações matrimoniais que se formaram.

É inegável o valor historiográfico desses documentos, pois dá margem para estudos variados acerca de temas como: “ocupação do território, evangelização, hierarquias sociais, escravidão, alforria, família, organização da sociedade, relações de parentesco, identidades, rituais funerários, filiações, devoção dentre outros sobre a Baixada e Reentrâncias maranhenses (ROCHA, 2016, p. 22).” Nesse sentido, ainda segundo Rocha, foi possível o “resgate de informações sobre diferentes grupos sociais, pois se trata de livros mistos, ou seja, onde são registrados todos os setores da sociedade,

classes sociais, grupos étnicos, nacionais e estrangeiros, filhos naturais, legítimos, escravos e forros.” (ROCHA, 2016, p. 22).

Sobre os Documentos Judiciários⁴¹, analisou-se, principalmente, os testamentos e inventários. Esta documentação possibilita aos pesquisadores analisar a criação dos antigos testamentos e inventários post-mortem, bem como entender como se dava esse processo. Nesse sentido, vale considerar que nessas fontes contêm valiosas informações sobre os bens que as pessoas da época oitocentista possuíam. Consoante a Júnia Ferreira Furtado, os testamentos são de máxima importância, pois não só comportam informações sobre a vida do morto, mas, sobretudo, são testemunhos da morte. Como ela ressalta no seguinte trecho:

Testamentos e inventários são produzidos no contexto da morte de uma pessoa, mas, ao contrário do que se possa parecer à primeira vista, esses documentos contêm ricas e variadas informações sobre os múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu [...] eles podem se transformar em testemunho sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual (FURTADO, 2009, p. 93).

Para a preparação de uma “boa morte” no século XIX, a criação do testamento era indispensável. Pois, nesse momento o testador descrevia suas últimas vontades “e, principalmente penitenciava-se de suas faltas cometidas, garantindo assim um salvo-conduto necessário no acerto de contas com o Tribunal Divino (SILVA, 2019).” É importante destacar, que caso a pessoa morresse sem declarar suas últimas vontades no testamento, haveria apenas um inventário declarando e dividindo os bens dele legalmente. Segundo Silva (2019, p.12), dentro de um padrão geral os testamentos continham:

o cabeçalho com os dados do testador; a justificativa – suprimida no final do século –, a disposição dos bens; orientações sobre créditos a receber e o pagamento de suas dívidas; as missas pela alma, em vários casos, pelas de outras pessoas; pedia oração e perdão; solicitava a intercessão da corte celestial; reconhecia filhos; recompensava quem lhes serviu; assumia a condição de casado com o/a companheiro/a que viveu maritalmente a vida toda, mas solteiro/a; estabelecia o local de sepultamento; confessava e orava, e, por fim, recebia a extrema-unção.

⁴¹ As fontes utilizadas nesta pesquisa são documentos doados pelo Fórum de Alcântara que estiveram depositados no Polo UFMA instalado no município. Além disso, com a liberação para iniciar os trabalhos com a documentação presente no Cartório de Pinheiro, bem como a disponível no Tribunal de Justiça de Alcântara, observou-se uma grande quantidade de documentos diversificados, contendo inventários, processos e até mesmo cartas de alforria. Todavia, o foco aqui será os inventários e testamentos. Atualmente essa documentação já se encontra disponibilizada num acervo virtual chamado AHDAM (Arquivo Histórico Digital Aberto do Maranhão).

Os Inventários e Testamentos são documentos de imensurável valor histórico. Em uma primeira análise, podem se apresentar com um caráter jurídico-civil e eclesiástico, porém quando bem explorados evidenciam informações de ordem econômica, religiosa, administrativa e social. Assim sendo, é fato que assim como os registros vitais, essas fontes agregam significativamente para abordagens de cunho eclesiástico, buscando entender a influência da Igreja Católica na época, sobre a vida do testador e seus familiares. Em suma, é inegável que os dados extraídos dos documentos judiciais dão aos historiadores várias possibilidades de pesquisa.

Sobre os Documentos Municipais, estes originam-se a partir dos órgãos administrativos de uma localidade – neste trabalho será analisado alguns dos pertencentes as cidades das Microrregiões da Baixada, das Reentrâncias Maranhenses e Alcântara.

Alguns dos documentos municipais analisados neste trabalho foram: Lista de Eleição, Atas da Câmara, Leis Orçamentárias Municipais, Atas de Reunião Eleitorais, Atas de Pagamento de Transporte, Atas do Cargo de Vereadores e deputados. Todos esses apresentam dados relevantes sobre o município ao qual pertencem e, assim como os demais documentos – eclesiásticos e judiciais -, estes também constituem fontes riquíssimas para a pesquisa Histórica, não somente desta, mas de outras áreas como, por exemplo, a Geografia, Sociologia, Antropologia e Arquivística.

2.2 INICIATIVAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS DO CAMPUS UFMA DE PINHEIRO

Diante de todas as considerações no que tange a importância da documentação histórica de uma localidade para a construção e resgate da memória de seu povo, tornou-se urgente a necessidade de preservar e pesquisar sobre esses documentos, a fim de conservá-los e explorá-los. Nessa perspectiva, foram desenvolvidas várias iniciativas dentro do Curso de Licenciaturas em Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro - estas, por sua vez serão descritas neste capítulo – que se mostraram fundamentais na tarefa de ampliar o acesso as fontes históricas, bem como propagá-las para as futuras gerações, por meio das políticas de preservação e conservação.

Algumas das iniciativas do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas referem-se a projetos desenvolvidos com o auxílio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sendo financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e pelo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os projetos analisados aqui são: 1. Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura (2017); 2. Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX (2018); 3. Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX (2021).

Como expansão dos projetos já mencionados, foram desenvolvidos os subprojetos apresentados na Lista a seguir.

LISTA DOS SUBPROJETOS DESENVOLVIDOS (2015 – 2022)

1 - Lisiane Almeida Ferreira (UFMA, 2015). Ocupação, Sociedade e Hierarquias na Baixada Maranhense (séculos XVIII e XIX): uma análise a partir dos registros paroquiais, inventários e testamentos.

2 - Lisiane Almeida Ferreira (UFMA, 2016). Registro de Batismo: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de batismo presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro.

3 - Neyane Freitas Rocha (UFMA, 2016). Registro de Casamento e Óbitos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de casamento e óbito presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro.

4 - Joana K. Sarges (UFMA, 2017). Registro de Óbitos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de óbitos presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro.

5 - Wellida K. Diniz Sousa (UFMA, 2017-2018). Registro de Batismo: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de batismo presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro.

6 - Joana K. Sarges (UFMA, 2019). Registros vitais e História Social: Registros de Óbito.

7 - Ruteleni Camelo Silva (UFMA, 2019). Registro de Testamentos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos testamentos e inventários post-mortem.

8 - Maria de Fátima Cabral Pereira (UFMA, 2021). Diocese de São Luís e a produção de assentos paroquiais: Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré (1819-1824).

9 - Verônica E. Sousa Correa (UFMA, 2021). Testamentos e Inventários Post-mortem e História Social de Alcântara.

10 - Renara C. Pinheiro Dourado (UFMA, 2021). Educação Patrimonial: Patrimônio Documental Arquivístico sobre Alcântara.

11 - Helloynne M. Moreira Pinheiro (UFMA, 2021). Registros paroquiais de casamento e as redes de relações em Alcântara (1827-1868).

12 - Renara C. Pinheiro Dourado (UFMA, 2022). Patrimônio documental de Alcântara: a necessidade dos arquivos na construção e propagação do saber.

13 - Maria de Fátima Cabral Pereira (UFMA, 2022). Um bispo contra o Império: Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré.

14 - Erik B. Monteiro Costa (UFMA, 2022). Registros paroquiais de casamento e as redes de relações em Alcântara (1827-1868).

15 - Liandra M. Lafontaine Peixoto (UFMA, 2022). As mulheres na sociedade escravocrata alcantareense do século XIX.

A partir da listagem acima, é perceptível as várias linhas de pesquisa advindas dos projetos coordenados pelo professor Dr. Santirocchi, que tiveram como subsídio os documentos primários pertencentes as cidades das Microrregiões da Baixada, das Reentrâncias Maranhenses e Alcântara. Nos próximos tópicos, serão apresentados os objetivos e resultados desses projetos de forma mais detalhada, a fim de ressaltar sua importância na ampliação dos conhecimentos teóricos sobre essas regiões, bem como sensibilizar acerca da relevância das fontes documentais.

2.2.1 Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura

O projeto Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura, sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, teve como equipe executora docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia – CCHNST – Campus Pinheiro da UFMA, do Curso de História da UEMA, da Pós-Graduação em História da UEMA – Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN) – e da Pós-Graduação em História da UFMA (PPGHIS). Este, justifica-se, principalmente pela urgente necessidade de se localizar e preservar o patrimônio documental da cidade de Alcântara.

O projeto contou com a participação também de bolsistas do curso de Turismo do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), com sede em Alcântara, a saber: Josué de

Jesus Pereira; Marcos Paulo Teixeira; Kydiomara Serejo Leitão; Rosete da Silva Dias; Cláudio do Livramento Campos Guterres Júnior. Essas bolsas foram importantes, pois deu suporte a qualificação da mão de obra para o manuseio do acervo documental. Além desses, teve ainda uma bolsa de pós doutorado concedida ao Eladio Sebastián-Heredero - bolsista visitante da Espanha -, esta teve como objetivo geral capacitar e instruir a Equipe Executora em Educação Patrimonial e Inclusão através dos acervos documentais, com o auxílio de outras experiências em países latino-americanos e europeus.

Diante disso, a partir da localização dos acervos documentais de instituições públicas no município de Alcântara, foi desenvolvido o processo de preservação do patrimônio histórico documental. As etapas do processo consistiram em: higienização, catalogação e organização do acervo documental do judiciário e cartorial doado à UFMA, presente no Prédio do Polo UFMA de Alcântara, ligado ao Campus de Pinheiro. No Quadro 1 estão alguns exemplos de documentos presentes no acervo.

Quadro 1 - Documentos do acervo

Documentos do acervo doado à UFMA	
Listas eleitorais do século	Leis orçamentárias municipais
Processos de Crimes Eleitorais	Processos Crimes
Autos de processo	Aclaração de Terras
Testamentos	Embargos
Inventários Post-mortem	Libelos de divórcio
Registros de Casamentos	Avaliação e venda de escravos

Fonte: autoria própria.

Como observou-se, são muitos os documentos que compõem o acervo doado à UFMA, que anteriormente estiveram sob guarda de instituições públicas do município de Alcântara. Dito isso, alguns dos objetivos principais deste projeto consistiu em higienizar, diagnosticar e, posteriormente realizar uma higienização profunda que dependerá da situação do documento. A partir do cumprimento dos objetivos sumários foi possível ampliar os estudos com base nessas fontes, visto que novos projetos foram desenvolvidos. Pois, como pontua Santirocchi (2017, p.19),

Os acervos presentes no município, derivados de instituições públicas locais, permitem estabelecer muitas linhas de pesquisa que contemplam a Demografia Histórica, Micro História, História das Religiões, História Social, História Econômica, a História Pública, Patrimônios Material e Imaterial, História da Morte, Geografia Humana, território, arquitetura, governança, entre outras.

A partir das considerações gerais acerca do projeto e, com base no seu desenvolvimento, observou-se alguns resultados alcançados. Sobre isso, pode-se pontuar os seguintes resultados: a) montagem de um laboratório de Higienização, Conservação, Digitalização e Consulta de Documentação (Digitalizada) na UFMA, Campus de Pinheiro; b) higienização, catalogação e organização do acervo documental presentes no Prédio do Polo UFMA de Alcântara, ligado ao Campus de Pinheiro; c) fortalecimento das pesquisas em Alcântara e região com a participação dos alunos do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFMA, Curso de Turismo do IFMA de Alcântara e Pós-Graduações em História da UFMA, em atividades de campo em Alcântara; d) proposta de Educação Patrimonial através de acervos documentais.

Soma-se a isso, um dos principais resultados deste projeto, que está relacionado a criação do Arquivo Histórico Digital Aberto do Maranhão⁴² (AHDAM). Este foi fruto de vários anos de projetos de pesquisas coordenados pelo Professor Dr. Ítalo Domingos Santirocchi e, por sua vez, oferece uma variedade de fontes aos historiadores e/ou futuros historiadores que almejam estudar o período oitocentista no Maranhão. Desse modo, até então, no AHDAM encontram-se em torno de 100 documentos, aproximadamente. Dentre eles, destacam-se inventários, testamentos, dote de casamento, petições, entre outros documentos diversos. O AHDAM é um arquivo aberto ao público, que por sua vez pode contribuir com a inserção de outros documentos históricos.

2.2.2 Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX

Este projeto dialoga com outro sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, aprovado pela UFMA, intitulado “Ocupação, sociedade e hierarquias na Baixada Maranhense (séculos XVIII e XIX): uma análise a partir dos registros paroquiais, inventários e testamentos”. Dito isso, pautou suas análises na vila oitocentista de

⁴² Quatro projetos formaram o alicerce deste Arquivo: 1) Ocupação, sociedade e hierarquias na Baixada Maranhense (séculos XVIII e XIX): uma análise a partir dos registros paroquiais, inventários e testamentos (Recursos próprios e apoio da UFMA); 2) Sociedade e hierarquias na Vila de Alcântara no século XIX (Edital Universal – FAPEMA); 3) Preservação, restauração e digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara do século XIX (Edital Acervos, FAPEMA); 4) Políticas públicas na preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, História, memória e cultura (Edital IECT, FAPEMA). (SANTIROCCHI, 2021, p.22)

Alcântara - um dos centros de onde os colonos portugueses iniciaram a conquista do interior do território e, que carrega grandes influências da sociedade colonial e imperial. Como objetivo central, o projeto buscou estudar as trajetórias de mobilidade social, hierarquias e religiosidade por meio dos registros vitais (batismos, casamentos, óbitos), cruzando-os com outras documentações quando disponíveis.

Assim sendo, como ressalta Santirocchi (2018, p.6),

Por meio da documentação que trabalhamos, pelo menos em princípio, seria possível recuperar toda a população dessa região, que estava, no início do século XIX, integrada ao sistema colonial lusitano e, após a independência, ao Império do Brasil. É importante frisar que esses documentos incluem todos os setores da sociedade: homens, mulheres, diferentes classes sociais e grupos étnicos, nacionais e estrangeiros, filhos naturais, legítimos, ilegítimos, sacrílegos, expostos ou enjeitados, escravos e forros.

O acervo trabalhado neste projeto compreende os registros vitais (batismo, óbito e casamento). Ao todo foram 21 documentos do século XIX, destes, apenas 20 eram físicos, sendo um deles disponível em formato digital no FamilySearch.org⁴³ (até o desenvolvimento da pesquisa). Na Tabela 1, observa-se a divisão desses registros em três.

Tabela 1 - Livros do acervo

Local	Livro	Total	Conservados
Alcântara	Batismo	12	7
Alcântara	Óbito	5	4
Alcântara	Casamento	4	2
		21	13

Fonte: autoria própria.

Vale pontuar que desses, apenas 13 estavam em condições de serem manuseados, os outros já estavam em situação de risco. Como resultado, todos os livros foram devidamente digitalizados e tiveram seus dados inseridos em um banco de dados Excel, contendo até o momento cerca de 8 mil registros. Além desses livros que constavam no projeto, trabalhou-se com outros dois livros de óbitos de Pinheiro, são eles: Livro de Óbito de Pinheiro de 1858 a 1868 e outro de 1868 a 1887, somando cerca de 860 registros.

Em relação a criação do banco de dados, o coordenador do projeto pondera o seguinte:

⁴³ O livro presente no referido site compreende um registro de batismo de Alcântara dos anos de 1874-1827.

Para a montagem do banco de dados dividimos experiências com projetos desenvolvidos em duas outras universidades. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o Professor Roberto Guedes Ferreira e com a Universidade Federal do Pará, com o professor Antônio Otaviano Vieira Júnior. Ambos têm ampla e renomada experiência com esse tipo de documentação. (SANTIROCCHI, 2018, p.15)

As temáticas incluídas no banco de dados proposto pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o Professor Roberto Guedes Ferreira e com a Universidade Federal do Pará, com o professor Antônio Otaviano Vieira Júnior, abrangem as condições de cor (Guedes) e demografia (Vieira Júnior). Por outro lado, o projeto Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX, alimentou seu banco de dados abarcando todas as informações presentes nesses registros. Os resultados foram tabelas para alimentação dos bancos de dados muito complexas, contendo muitas colunas.

A partir do levantamento de dados para inserir no banco de dados, informações como: idade de casamento, taxas de mortalidade, sistema de casamento, origens dos escravos, natalidade de escravos, frequência dos escravos aos sacramentos, família escrava, estrutura e posse de escravos, hierarquia social das paróquias, entre outras, foram encontradas. Assim, a partir disso, foi possível o “povoamento” das vilas oitocentistas de Alcântara e Pinheiro.

Nessa medida, a partir do “povoamento” dessas localidades por meio do levantamento de dados, se tornou viável o acompanhamento de famílias ou personagens de vários estratos sociais, buscando entender suas dinâmicas em um longo período de tempo. Além disso, por meio da elaboração de bancos de dados nominativos, foi possível associar os documentos que foram analisados (registros vitais) com outros tipos de documentos pertinentes às temáticas propostas, a exemplo dos jornais presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por fim, essa metodologia deu a possibilidade de conhecer melhor a sociedade da Baixada Maranhense do século XIX, bem como suas hierarquias sociais, as dinâmicas de uma sociedade escravista colonial e imperial.

2.2.3 Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX

Este projeto, sob coordenação do Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, teve como base a higienização, acondicionamento e digitalização de parte do acervo documental

presente no Polo UFMA de Alcântara, relativo a testamentos e inventários post-mortem e documentos judiciais. Assim, como objetivo geral deste, tem-se o acondicionamento adequado, preservação e digitalização desses documentos históricos. Além do acesso dos pesquisadores a essa documentação e o seu cruzamento com outras fontes históricas, a fim de contribuir para os avanços das pesquisas sobre a História do Maranhão.

Inicialmente, o projeto foi elaborado para trabalhar com apenas 50 documentos, entre eles testamentos e inventários post-mortem. Mas no desenrolar do mesmo, foi possível trabalhar com um número superior. Vale considerar que toda essa documentação estava anteriormente armazenada na varanda dos fundos do casarão sede da Comarca de Alcântara, expostos aos efeitos do ambiente externo, aos ataques de animais e insetos. Dito isso, grande parte deles estavam em condições de manuseio, mas muitos não, visto que estavam sujos e alguns infestados por fungos, bactérias, cupins, necessitando urgentemente de limpeza, preservação e adequada acomodação – exatamente o que o referido projeto propõe.

Na Tabela 2 são apresentadas a quantidade de documentos trabalhados, que podem ser acessados pelo link: <https://drive.google.com/drive/folders/1s5tt5--2lwkTplXXli1kQPQsX6ye9jj6?usp=sharing>.

Tabela 2- Quantidade de documentos trabalhados

Limpeza	Acondicionamento	Digitalização
393	393	101

Fonte: Autoria própria.

Como observou-se na Tabela 2, foi possível a limpeza, catalogação e acondicionamento de um acervo composto por 393 documentos, ou seja, um número sete vezes maior que o proposto inicialmente. Eles têm temporalidades que abrangem os séculos XVIII, XIX e XX. Incluindo os documentos que não foram catalogados, o acervo divide-se em duas partes, uma composta por documentos mais antigos (século XVIII e XIX), e outra de documentos mais recentes (séculos XX e XXI). Todos passaram pelo processo de limpeza.

Cada documento foi inserido em um banco de dados em planilha Excel, com os dados mais importantes, e receberam uma Numeração Provisória (NP), para sua fácil localização física nas caixas e pastas. Já no acervo digital, foram inseridos pelo título do documento e nomes dos envolvidos.

Os documentos catalogados demonstram grande potencialidade de pesquisa. No acervo encontram-se: testamentos, inventários, procurações, precatórios, inquéritos policiais, processos eleitorais, avaliação de escravos, processos envolvendo questões de terra, habilitações de casamento, entre outros. Na parte de documentos referentes ao final dos séculos XIX e século XX, encontramos também: dados de registro de nascimento, inquérito policiais, requerimento de registros civil, habilitação de casamento, registro de imóveis, entre outros.

Abaixo estão listados os principais resultados alcançados a partir da execução do projeto “Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX”:

- 1- Montagens dos laboratórios;
- 2- Limpeza de todo o acervo;
- 2- Processo de acondicionamento;
- 4- Catalogação de 393 documentos dos séculos (XVIII, XIX, XX);
- 5- Acomodação de todo o acervo;
6. Digitalização de 101 documentos;
- 7- Disponibilização remota de 101 documentos;
- 8- Formação de alunos (Cursos de treinamento, Disciplina na pós).

A montagem dos laboratórios teve dois locais (Alcântara e Pinheiro). Estes foram pensados para o tratamento dos documentos trabalhados neste projeto. Neles foi feita toda a limpeza do acervo, sendo o processo mais delicado e demorado. Segundo o coordenador, “o processo de limpeza tomou todo ano de 2018 e parte de 2019, trabalho delicado e perigoso, que deveria ser feito com muita cautela, tanto para preservação do acervo como para a saúde dos colaboradores.” Posteriormente os laboratórios foram unificados em Pinheiro, quando a gestão da UFMA deu outra finalidade ao Polo de Alcântara.

Durante o ano de 2019 foi realizado o processo de acondicionamento dessa documentação. Para cada documento, de acordo com seu tamanho e características, foi construído um envelope ou caixa de papel alcalino. Isso foi feito tanto para a documentação que passou pelo processo de limpeza, quanto para a documentação que não permitia o manuseio, como um modo de protegê-la de um ulterior degrado e facilitar o seu transporte com maior segurança. A construção dos invólucros também foi um processo que envolveu muitas pessoas e tomou muito tempo. Os documentos em seus respectivos invólucros foram sendo depositados nas caixas arquivo de papel, como já foi

dito, cada invólucro recebeu uma numeração iniciada com NP (Numeração Provisória), por exemplo: NP1, NP2, NP3 etc. Cada caixa arquivo de papel também recebeu uma numeração, antecedida pela abreviação CX (Caixa), por exemplo: CX1, CX2, CX3, etc.

A ideia original do projeto era disponibilizar essa documentação digitalizada para consulta no próprio prédio do acervo, em Alcântara e também no Laboratório de Preservação no CCHNST em Pinheiro. Todavia, a pandemia de COVID-19 mudou a situação, pois tudo passou para trabalho remoto na UFMA. Com o convênio desta instituição com a plataforma da Google, liberando o Google Drive ilimitado a todos os professores e alunos, surgiu a proposta do AHDAM: Arquivo Histórico Digital Aberto Maranhão, armazenado na conta institucional da UFMA do coordenador.

De acordo com o coordenador, a proposta do AHDAM é armazenar a documentação do acervo do Polo UFMA de Alcântara na medida em que for sendo digitalizado, mas também estar aberto para armazenar documentos históricos digitalizados de outros fundos ou acervos privados.

Em relação a formação de alunos, este consistiu no curso de treinamento intitulado “Acondicionamento e digitalização de documentos e livros em papel”, em março de 2018 e novembro de 2019, ministrado pelo professor e coordenador do projeto Ítalo Domingos Santirocchi. O minicurso consistiu em ensinar como manusear, limpar, cuidar, transportar, acondicionar, catalogar e digitalizar documentos históricos. Além do minicurso, foi ofertada a disciplina - História Social da Baixada Maranhense Oitocentista: Sociedade e Hierarquias - do PPGHIS/UFMA, Pós-Graduação em História, entre agosto e dezembro de 2020. Essa disciplina foi um laboratório para testar o uso da documentação que foi colocada no repositório digital via Google Drive institucional. Com o acesso ao drive, os alunos puderam desenvolver várias pesquisas relevantes a partir dos arquivos históricos.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUIVOS DOCUMENTAIS

Antes de tudo, é importante entender o conceito ou aquilo que se aproxima do entendimento do que seja a Educação Patrimonial para, posteriormente, realizar uma análise desta com os arquivos documentais. Diante disso, partindo das definições comuns e óbvias acerca da educação patrimonial, esta pode ser entendida em um primeiro momento, por meio da relação estabelecida entre a educação e o patrimônio cultural, quer seja paisagístico, arqueológico, monumental, e até mesmo baseado em manifestações populares e outros. Não obstante, a educação patrimonial pode ser pautada a partir da relação resultante da interação dos indivíduos e seu meio ambiente histórico.

Por conseguinte, segundo o Guia Básico da Educação Patrimonial

Trata-se de um processo **permanente e sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006, p.4, grifos dos autores)

Ainda sobre o conceito de Educação Patrimonial, Medeiros e Surya (2009, p.6), pontuam que:

Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Nesse sentido, pode-se considerar a Educação Patrimonial atrelada ao uso do patrimônio como fonte primária, isto é, associando-o com as práticas educativas, a construção do conhecimento se daria de maneira mais efetiva. Isso se dá pela experiência proporcionada por meio do contato direto com o patrimônio, possibilitando àqueles que estão envolvidos nesse processo problematizarem as fontes de forma crítica, instigando a criação contínua de novos conhecimentos, como pressupõe Horta, Grunberg e Monteiro (2006) e Medeiros e Surya (2009).

Outro ponto interessante sobre a temática é o fato de instigar a preservação dos bens patrimoniais, bem como fortalecer e construir a identidade e cidadania dos indivíduos. Neste trabalho, o foco está no patrimônio documental da cidade histórica de

Alcântara, este compreende os documentos eclesiásticos, judiciários e municipais. Ademais, por meio desses é possível reconstruir a história alcantareense, com base em análises documentais que consistem em interrogações a essas fontes que, por sua vez permitirão investigações que informem sobre a vida da população, dando margem para a percepção e compreensão do tempo e espaço dessa sociedade. Nesse sentido, aplicar metodologias com vieses educacionais, partindo dessas fontes, é fundamental para ampliar os conhecimentos acerca da região de Alcântara.

Demarchi (2018, p.143), a partir de uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em conjunto com o Museu Imperial, afirma ser este um “marco paradigmático para o campo da educação mediada pelo patrimônio cultural no Brasil.” Sobre isso, segundo o autor, a partir da publicação do guia se introduz no país propostas pedagógicas vinculadas a educação patrimonial que foram fundamentais para aproximar as ações educativas e o patrimônio histórico cultural de maneira prática e, não apenas teórica.

Essa proposta pedagógica foi apresentada no 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos, realizado em Petrópolis, em 1983, organizado pela diretora do museu, Maria de Lourdes Parreiras Horta – depois de sua participação em um seminário na Inglaterra em que se discutiu como utilizar fontes primárias nas aulas de História, trouxe para o Brasil os conceitos e a metodologia aprendidos lá. (DEMARCHI, 2018, p.143).

Assim sendo, segundo Oliveira (2011), “o guia se mantém uma grande referência para os proponentes de ações educativas”, uma vez que se apresenta como pioneiro, bem como sugere métodos a respeito de como fazer uso das fontes históricas. Além de atribuir conceitos diversos acerca de temas relacionados a educação patrimonial. Todavia, é importante pontuar que este configura-se como um pontapé inicial, mas que deve ser melhorado e adaptado conforme for necessário. Em outras palavras, não se deve reduzir os caminhos para uma educação patrimonial baseando-se apenas nesse guia, deve-se, sim, buscar outras possibilidades de atuação nessa área. Pois, como pondera Demarchi, dada a importância do guia, é válido estabelecer uma análise crítica dos conceitos apresentados nele.

Ainda, segundo Demarchi (2018, p.146), vale pontuar que:

Assim também, da publicação do Guia até hoje, as noções sobre patrimônio cultural e educação patrimonial mudaram muito, com elas novas políticas públicas foram implantadas e o Iphan lançou portaria e publicações que fornecem novos subsídios teóricos para balizar as ações educativas. Nesse sentido, destaca-se a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), em 2000, transformada em Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (Geduc), em 2004, dentro da estrutura do Iphan; a implantação das Casas de Patrimônio, em 2007; a Portaria 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece diretrizes para a educação patrimonial nacional; e as publicações de 2016: Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos e Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação.

Por conseguinte, como se observou, desde a publicação do Guia muito se modificou, principalmente os conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial. Nessa perspectiva, vale mencionar que mesmo com as mudanças, em todas as suas metodologias de ensino e aprendizagem provoca as habilidades intelectuais do aluno. Assim, pode-se inferir que a educação patrimonial incentiva a geração de conhecimento acerca da cultura, seus produtos e manifestações. Essa situação, por sua vez, desperta nos envolvidos uma predisposição para resolver questões vinculadas ao patrimônio que, em sua maioria, tem relação com a própria vida, tanto individual como coletiva. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006)

Vale considerar, portanto, a linha educativa vinculada ao Guia, uma vez que se dá da seguinte maneira:

O processo educativo, em qualquer área de conhecimento/aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos (HORTA et al., 2006, p. 8).

O Guia Básico de Educação Patrimonial é uma iniciativa muito relevante propagada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que tem como base a própria educação patrimonial. Este, por sua vez propõe orientações baseadas em experiências que em um outro momento foram desenvolvidas, mas que ainda podem ser realizadas em outras realidades educacionais. O Guia, inicialmente, é pensado para os professores e instituições, posto que estabelece análises teóricas sobre os conceitos de cultura, patrimônio, passado, História, memória, relacionando-os com a educação.

Nesse sentido, ressalta a importância de alinhar esses conceitos com as atividades pedagógicas das instituições, para que haja um maior entendimento acerca deles,

propiciando aos alunos o desenvolvimento de outras habilidades como a observação, a criticidade, interpretação, investigação, entre outras. Vale pontuar que, o Guia não foi pensado para ser desenvolvido apenas nas aulas de História, pelo contrário, abrange outras disciplinas que almejam e podem vincular suas áreas de conhecimento com o patrimônio cultural, incentivando a interdisciplinaridade.

Nesse contexto, o patrimônio que interessa a esta pesquisa, como já fora pontuado anteriormente, está associado ao documental de Alcântara. Dito isso, pensar uma educação patrimonial com base nos documentos dessa região é pensar, sobretudo, em formas de propiciar ao educando caminhos para que este conheça e participe da sua História e de seus ancestrais. Isso é possível, pois a Educação Patrimonial:

(...) é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006, p.4).

Sobre os arquivos, Bellotto pondera que:

Os arquivos como elementos de ação cultural e educativa conhecem seu auge a partir da década de 1950, na França. “Na França, foi a própria renovação pedagógica, requerendo métodos ativos, que levou as autoridades educativas a se preocuparem com o estreitamento da ligação escola-arquivo”. (BELLOTTO, 2006, p. 234 apud FRATINI, 2009).

Outras publicações que englobam o tema da Educação Patrimonial dizem respeito aos dicionários especializados de arquivística, como o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e o Dicionário de Terminologia Arquivística. Ambos apresentam conceitos que podem ser fundamentais para auxiliar no processo de educação patrimonial baseado nos arquivos. A partir dessas publicações pode-se perceber, que mesmo essa temática sendo discutida no Brasil a partir do final do século XX, ou seja, não muito tempo atrás, se percebe uma preocupação crescente em trabalhar esses temas na atualidade. Nesse sentido, a partir da difusão dos arquivos com as atividades educacionais, essas, por sua vez “contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e

para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc.” (FRATINI, 2009).

A Educação Patrimonial, como se observou, é crucial para que o educando tenha a possibilidade de compreender seu universo e o dos outros a partir do contato direto com as fontes primárias da História – o patrimônio histórico-cultural, neste caso específico, os arquivos documentais. A partir disso, tem-se uma porta aberta para a valorização desse patrimônio, visto que é preciso conhecer para preservar, como pressupõe umas das teorias que fundamentam o Guia Básico de Educação Patrimonial.

Nessa medida, a partir de uma análise crítica dos documentos eclesiásticos, judiciários e municipais, pode-se extrair dados da sociedade analisada, em relação a sua população, sua classe social, seus costumes, suas relações sociais, políticas, econômicas e afins. Todavia, é necessário instigar os alunos a questionarem os documentos e, não só reproduzir suas informações. Assim, o desenvolvimento das habilidades almejadas com a educação patrimonial será decisivo.

Por isso, é importante uma aproximação com as fontes históricas, visto que “explorando e problematizando tais contextos de produção, construindo conhecimentos e reflexões que podem ser utilizadas de forma interdisciplinar nos processos de ensino e aprendizagem, seja nas escolas ou em espaços não formais da educação” (ALVES; BRANDO; MENEZES, 2015), que será possível educar e aprender a partir dos arquivos e, ainda, conhecer para preservar.

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCÂNTARA

Segundo Bellotto (2006, p. 230), “no que concernem os serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovadora e progressista”. Nesse aspecto, nota-se o desperdício que é, não alinhar as práticas arquivísticas com o ensino, especialmente o de História, pois, é fato a riqueza de informações contidas nesses documentos. Para Fonseca (2005, p. 43), “(...) a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”.

No que tange ao papel dos arquivos, Bellotto (2006, p. 227) argumenta que:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Um dos principais papéis destinado a Educação Patrimonial se configura na busca por estreitar as relações entre patrimônio e sociedade. Não obstante, é preciso criar maneiras para que de fato haja uma aproximação entre esses dois universos. Pensando nisso, não se pode deixar de mencionar a atuação do Guia Básico de Educação Patrimonial idealizado pelo IPHAN, posto que este propõe métodos e sugestões específicos para uma educação baseada no patrimônio. Sobre isso, o Quadro 2 demonstra como seria a metodologia e suas etapas, uma vez definido o objeto/fenômeno/tema de estudo (HORTA, 2006, p. 9).

QUADRO 2. As quatro etapas metodológicas da educação patrimonial		
ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	<ul style="list-style-type: none"> • identificação do objeto/função/significado; • desenvolvimento da percepção visual
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	<ul style="list-style-type: none"> • fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, revistas.	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.

4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> desenvolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: HORTA et al., 2006, p. 11

A partir da análise do Quadro 2, nota-se que a metodologia se inicia com a observação, esta proporciona a aproximação com o objeto de estudo, bem como a experiência com o patrimônio. Em seguida, tem-se os registros, que podem ser feitos por meio de desenhos, escritos, fotos, etc., estes são fundamentais para fixar os conhecimentos que estão sendo aprendidos. Na terceira etapa está a exploração, que consiste em desenvolver as capacidades de análise crítica e interpretativa. Por último está a apropriação, objetivando, por sua vez o envolvimento afetivo dos alunos e, por conseguinte, a valorização do bem cultural (HORTA et al., 2006, p. 11).

Soma-se a isso, a partir dos projetos que foram desenvolvidos no Curso de Licenciaturas em Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro, em um de seus planos de trabalho, vinculado ao projeto “Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura” e, intitulado “Educação Patrimonial: Patrimônio Documental Arquivístico sobre Alcântara”, foi possível pensar um produto que abordasse a temática. Prova disso, foi a criação de uma cartilha informativa⁴⁴ que tem como objetivo primário informar - a quem dela fizer uso – o passo a passo para preservar a documentação histórica de Alcântara.

Não obstante, a cartilha informativa Educação Patrimonial consistiu em apresentar aos seus usuários uma educação voltada, sobretudo para o patrimônio documental arquivístico de Alcântara. Dessa forma, dentro da mesma, foram sendo delineados o conceito de Educação Patrimonial, os tipos de arquivos e as práticas de acondicionamento de documentos históricos. Vale mencionar, ainda, que durante a exposição dessas informações foram descritos também as experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do plano de trabalho, uma vez que se apresentaram como fundamentais para a produção da cartilha.

⁴⁴ A cartilha está armazenada no drive institucional da bolsista e pode ser acessada através do seguinte link: https://drive.google.com/file/d/1qc8WshEU3n2-ttK5_piu9JHN-k6Sg-_K/view?usp=sharing.

No que diz respeito as experiências proporcionadas pelo projeto, destaca-se a culminância realizada na Feira de Profissões do Campus UFMA de Pinheiro, em 2019. Esta, por sua vez, envolveu a experiência lúdica de educação patrimonial, isto é, todo o conhecimento aprendido durante a vigência do projeto. Assim sendo, buscou-se demonstrar o trabalho realizado pelo historiador, dando uma nova roupagem ao curso de História que ultrapassasse a sala de aula. Para isso, fez-se necessário apresentar uma breve introdução explicando o que é História; seu objeto de estudo; qual o trabalho do historiador; o que são fontes históricas e afins.

Posteriormente a essa apresentação inicial, foram apresentados os materiais que são utilizados na prática de acondicionamento dos documentos, bem como buscou-se instigar o público a praticar os conhecimentos compartilhados durante a exposição da feira. Além disso, foi proposta uma dinâmica intitulada "Decifra-me e devora-me!", a qual teve por objetivo a leitura de documentos antigos (testamentos, inventários, registros de óbito e batismo, etc.). E por fim, foi feita a demonstração de como é realizado a digitalização dos documentos, bem como discutiu-se a sua importância.

A cartilha foi pensada para atender o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de uma educação patrimonial que vise ampliar o currículo pedagógico, sobretudo das instituições de educação básica. Em virtude disso, possui uma linguagem simples e de fácil compreensão, com bastante ilustrações. De modo geral, englobar a educação patrimonial na educação básica é essencial para que os educandos possam conhecer de perto a realidade dos documentos e, entender que a História necessita destes para construir o seu conhecimento. Esta cartilha, por sua vez, procurou descrever de forma sucinta o processo de acondicionamento dos documentos históricos, bem como apresentou o passo a passo, de forma mais descontraída de como realizar esse percurso.

Por conseguinte, a partir das formulações propostas pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (IPHAN), bem como pela cartilha informativa resultante do projeto Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura, é possível aplicar nas instituições escolares uma educação patrimonial pensada a partir dos documentos arquivísticos de Alcântara. Nesse contexto, a metodologia trabalhada pelo Guia que, por sua vez baseia-se em observar, registrar, explorar e apropriar, é fundamental, visto que através desses métodos o educando poderá se familiarizar com o patrimônio, podendo preservá-lo, bem como, construirá novos conhecimentos por meio dele.

3.2 EDUCAR PARA PRESERVAR

Fratini (2009, p.3) argumenta que, “as discussões em torno da preservação do patrimônio estão ligadas diretamente à cidadania e ao direito ao acesso à informação. Os indivíduos têm o direito de ter acesso à sua própria cultura, à sua história, à memória coletiva e social.” Nesse aspecto, a educação patrimonial se apresenta como uma das maneiras de viabilizar a preservação do patrimônio a partir do conhecimento, bem como possibilita o acesso a informação cultural, uma vez que permite que os envolvidos se conectem ao patrimônio de forma que possam desenvolver análises diversas.

Tendo em vista o Guia Básico de Educação Patrimonial ter sido citado anteriormente como “modelo”, é válido considerar o slogan que fundamenta a ideia de que é preciso conhecer o patrimônio para assim preservá-lo. Dito isso, é importante destacar que esse processo de conhecer se dá, sobretudo pela educação, uma vez que associa a valorização do patrimônio ao seu conhecimento (DEMARCHI, 2018). Dessa forma, “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação do orgulho que possuímos de nossa própria identidade” (HORTA et al., 2006, p. 5).

Para Fernando Siviero (2015, p. 88), “o sucesso pedagógico seria o (re) conhecimento por parte da população da importância coletiva de preservar os bens históricos e artísticos escolhidos pelo Estado”. Nessa perspectiva, se propõe uma educação que sensibilize o público acerca da finalidade histórica e memorialística do patrimônio, a partir do reconhecimento de seu papel. Com isso, isto é, com a consciência individual e coletiva dos indivíduos acerca do patrimônio, seria possível viabilizar métodos de preservação coletiva e, posteriormente criar programas de preservação mais amplos.

A partir do entendimento de Siviero (2015) em basear o êxito educacional na preservação dos bens patrimoniais escolhidos pelo Estado, vale considerar, portanto, a afirmação de Hugues de Varine (2013, p. 140), uma vez que afirma que “a educação patrimonial não deve ser propriedade dos agentes públicos e dos técnicos: ela pode ser desenvolvida por qualquer um, pelas instituições ou por grupos associativos.” Nesse aspecto, não se pode reduzir a educação patrimonial ao Estado, é importante validar os saberes populares, pois estes também têm a contribuir com a construção de conhecimento acerca do patrimônio. Nesse contexto, é necessário visualizá-los como agentes históricos

ativos e, não apenas reduzi-los a meros recebedores de informação daquilo que os representa – o patrimônio.

Como se sabe, na atualidade ainda é costumeiro a presença de termos pejorativos para se referir ao patrimônio histórico, especialmente quando este diz respeito aos documentos antigos. Sobre isso, o público que não tem relação com os documentos de forma ativa, costumam associá-los a papéis velhos que só interessam aos pesquisadores, isto é, não têm a dimensão do quanto as suas vidas estão associadas a eles, justamente por não conhecerem. Paoli (1992, p. 25) afirma que “não existe o sentimento de pertencimento entre a sociedade e aquilo que é preservado, enquanto deveria evocar dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo, que dialogam com a diversidade coletiva.” Ou seja, para aqueles que não conhecem a importância desse patrimônio, a ideia que se tem do passado dispensa significados sociais.

Diante disso, essa é uma das razões plausíveis para adotar a educação patrimonial como prática ativa nas instituições. É preciso desvendar os olhos da sociedade sobre a importância não só histórica, como também política, econômica e social do patrimônio documental. Como ressalta Bellotto (2006, p. 31): “a preocupação não é com o uso acadêmico do material de arquivo, mas com o uso didático”. Ou seja, é imprescindível ampliar o uso dos arquivos para além do pesquisador, é interessante trazê-lo para a realidade da sociedade, pois só assim será realizada uma preservação consciente.

Em geral a educação patrimonial visa desenvolver trabalhos atrelados aos arquivos permanentes, devido propriamente ao valor histórico-cultural que esses possuem. O trabalho de educação patrimonial com documentos de arquivo não é simples, pois esses documentos são quase sempre escritos, o que requer alguma habilidade por parte do público alvo, como leitura e interpretação mínimas. Não é fácil desenvolver atividades que sejam interessantes ou lúdicas e que chamem a atenção do público em geral. (FRATINI, 2009, p.6)

Como Fratini afirma, o trabalho em arquivos não é fácil e requer dos envolvidos uma noção mínima de leitura e interpretação. Todavia, apesar da dificuldade, ainda assim é super interessante para ser desenvolvido nas atividades pedagógicas, principalmente por apresentarem características de evidência/prova histórica. Além disso, é por meio do uso escolar dessa documentação histórica, que será possível apresentar para os alunos o ofício do historiador. Pois, como constata Luporini, (2002, p. 327),

(...) ao elaborar uma situação-problema, elencar indagações, levantar hipóteses, analisar o conteúdo da fonte, construir argumentos para a

compreensão da realidade estudada, produzir sínteses conferindo significação ao conhecimento construído. Assim, atitudes de observação, descrição, identificação, argumentação, avaliação passam a ser incorporados no cotidiano das aulas de História (...).

Ainda na concepção de Fratini:

É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos. (FRATINI, 2009, p.6)

Não obstante, a educação patrimonial consiste justamente em “pensar e formular ações criativas capazes de transformar a relação entre os indivíduos e os arquivos.” (FRATINI, 2009). Assim sendo, para Bellotto (2006, p. 232) “o que falta é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística. É preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais”.

Vale pontuar, ainda, que é importante que o Estado por meio do estímulo à produção de leis de proteção dos bens patrimoniais se faça presente nesse aspecto. Assim, é imprescindível a criação de políticas de conservação e restauração em conjunto com o incentivo a educação patrimonial por parte dos órgãos governamentais, visto que só será possível preservar esses bens quando houver sensibilização, consciência e subsídio adequado para tal preservação. Em outras palavras, a luta em preservar o patrimônio histórico de Alcântara é individual, mas a partir da soma de todos, se torna coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, constatou-se a necessidade de ampliar os caminhos teóricos sobre a temática proposta, visto que há uma carência significativa em pesquisa referente ao patrimônio documental de Alcântara. Além disso, percebeu-se a necessidade de olhar para o patrimônio arquivístico, a fim de evidenciar sua importância, não apenas para a produção científica, mas principalmente para a efetivação da proteção de uma memória viva e presente na vida de todos, por meio da propagação dos conhecimentos armazenados nesses documentos históricos.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral ampliar os conhecimentos acerca da produção arquivística, bem como da educação patrimonial. Constata-se, por sua vez que este foi atingido, uma vez que efetivamente o trabalho conseguiu realizar o que se propôs, disponibilizando material bibliográfico para futuras análises. Isto posto, pode-se concluir que de alguma forma irá minimizar as lacunas referentes a temática estudada aqui – patrimônio documental de Alcântara.

Para a realização do objetivo geral, somou-se alguns específicos. Sobre isso, o primeiro almejou compreender as definições de Patrimônio, Arquivo e História. Este foi atendido, pois foi feita uma análise teórica acerca dos mesmos, evidenciando suas mudanças no tempo e suas continuidades, por meio de definições de autores que estudam os temas, tais como Bellotto (2006), Hannesch (2013); Barbosa (2013), Arquivo Nacional e outros.

Ainda no primeiro capítulo que dispõe sobre as definições de Patrimônio, Arquivo e História, descobriu-se que seus conceitos estão entrelaçados, uma vez que têm em comum o mesmo objeto – o patrimônio histórico documental arquivístico. Nessa perspectiva, entende-se que o patrimônio está associado a manifestações culturais que abrangem os arquivos, por serem produções humanas. Este, assim como aquele, estão atrelados a ideia de espaço e tempo ao qual estão sendo pensados. A História, por sua vez, é construída por ambos, que dispõem por meio de suas fontes, subsídios para o repertório histórico.

O segundo objetivo específico compreendeu analisar as razões históricas para a degradação de Alcântara, os documentos eclesiásticos, judiciários e municipais e, também as iniciativas do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Campus UFMA de Pinheiro. Nesse sentido, em um primeiro momento, fez-se uma análise histórica evidenciando os motivos da região de Alcântara desde o século XIX estar submetida ao

descaso refletido nos dias atuais. Posteriormente, foi dado ênfase aos documentos analisados neste trabalho, enfatizando seus conceitos e características. Por fim, apresentou-se três principais projetos desenvolvidos a partir dos documentos históricos de Alcântara.

Nesse contexto, no segundo capítulo que está atrelado ao objetivo dois, foi dado ênfase a importância das fontes documentais para a construção, bem como a continuidade dos conhecimentos históricos. Assim sendo, descobriu-se a riqueza que esses arquivos contêm, pois podem informar sobre dados relevantes para entender o contexto das sociedades, uma vez que são produzidos por instituições locais.

O terceiro objetivo específico buscou evidenciar a importância da Educação Patrimonial a partir da preservação dos arquivos documentais. Sobre este último, conseguiu-se fazer uma abordagem acerca da necessidade de aplicar nas instituições de ensino metodologias pedagógicas que incluam o patrimônio documental, posto que é a partir do contato direto com essas fontes que se tornará viável a preservação patrimonial consciente. Além disso, o desenvolvimento da educação baseada nos documentos contribuirá significativamente para enriquecer as práticas pedagógicas, visto que tenderá uma aproximação do aluno com o próprio objeto de estudo.

O terceiro capítulo associado ao objetivo três, destrinchou a educação patrimonial abordando seus conceitos e características. Desse modo, como fora pontuado, esta é responsável por estabelecer relações entre o indivíduo e seu patrimônio, estreitando a distância entre um e outro. Por conseguinte, constatou-se a relevância da prática pedagógica baseada no patrimônio, visto que proporciona aos envolvidos uma dimensão mais ampla e consciente do seu papel, bem como sensibiliza a população acerca de sua preservação.

A pesquisa partiu da hipótese de que os documentos arquivísticos são fundamentais, visto que atuam como fontes primárias da História e, se apresentam na condição de prova referente a algum fato ocorrido no passado. Não obstante, infelizmente verificou-se que o patrimônio documental de Alcântara ficou abandonado pelos poderes públicos, o que por consequência, vem prejudicando muito a sua preservação e divulgação. Prova disso, é a condição na qual os mesmos se encontram, condição essa de completo descaso, visto que muitos estão armazenados em locais insalubres e sob condições degradantes, sendo exceções os documentos do judiciário, que foram recolhidos para o Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão, após tratamento e acondicionamento, feito pelos projetos do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas,

e aqueles eclesiásticos, que também estão sendo objeto de cuidados por meio de projetos do mesmo curso.

Como questão problema, a pergunta inicial indagou em que medida o patrimônio documental de Alcântara está sendo preservado, visando uma educação patrimonial mais abrangente. Com isso, este trabalho fez uma análise das políticas públicas que asseguram ou deveriam assegurar sua proteção, a fim de que os conhecimentos históricos possam ser registrados e propagados para a posteridade, a partir da conservação desses arquivos em acervos. Nessa medida, evidenciou-se que os mesmos estão sob condições precárias e, comprovou-se que o patrimônio arquivístico de Alcântara fora abandonado pelos poderes públicos, agravando sua destruição. Em outras palavras, com a escassez de políticas públicas referente a preservação e conservação desse patrimônio, este ficou esquecido nos porões de instituições municipais e particulares.

No que concerne a metodologia aplicada, os dados coletados durante esta pesquisa foi fruto de pesquisas bibliográficas e documentais, bem como dos projetos desenvolvidos na UFMA com o auxílio de bolsas de iniciação científica fornecidas pela FAPEMA e pelo CNPq, tais como: Políticas públicas e preservação do patrimônio documental de Alcântara: gestão, governança, história, memória e cultura; Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX; Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX. Dito isso, essas pesquisas foram fundamentais para o desenrolar deste trabalho, uma vez que foram cruciais para a obtenção dos resultados apresentados aqui.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter alcançado maiores resultados, se não fosse as limitações proporcionadas pelo advento da COVID-19. Nesse contexto, o desenvolvimento dos projetos acabou sendo adiado devido as restrições da pandemia, que por sua vez dificultou substancialmente a retomada dos trabalhos e, conseqüentemente seus resultados. Todavia, apesar das dificuldades, acredita-se ter-se alcançado todos os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.; BRANDO, N.; MENEZES, V. Ação educativa e educação patrimonial em arquivos: a oficina “resistência em arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos” no APERS. OPSIS, Catalão, v.15, n. 1, p. 9-27, 2015.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História oral. – 8.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Acesso em: 28 de abril de 2021.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A educação patrimonial como estratégia para extroversão dos bens históricos e culturais no curso de ciências humanas – UFMA – Campus de Pinheiro – MA. In: Cadernos de Pesquisa, v. 25, n.1, jan./mar. 2018. São Luís, UFMA, 2018.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. FONTES HISTÓRICAS: UMA INTRODUÇÃO À SUA DEFINIÇÃO, À SUA FUNÇÃO NO TRABALHO DO HISTORIADOR, E À SUA VARIEDADE DE TIPOS. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020| <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; e LUCA, Tânia Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-171.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 27. p. 151-166, jan./jun. 2000.
- BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. Arquivo e Sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011). Dissertação (Mestrado em História). - PUC-SP, 2013.
- BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. Do arquivo para a escola: ação educativa e patrimônio documental. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-SP, 21, 2012, Campinas. Anais... Campinas: ANPUH-SP, set. 2012. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, Vol. 1, tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 3. edição. Editora Brasiliense, 1987.
- BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. Território Étnico Conflitos Territoriais Em Alcântara, Maranhão. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, Dissertação, 2011.
- BRASIL. Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm > Acesso em 24 de Maio de 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BURKE, Peter, 1937. Variedades de história cultural. Tradução de Alda Porto. – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.
- CASTRO, Celso. Pesquisando em arquivos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). O direito à memória: patrimônio cultural e

cidadania. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de política cultural. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei 25**, de 30 de novembro de 1937b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 20 setembro de 2022.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018.

FARIA, Regina Martins de. Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edfuma, 2012.

FARIA, S. de C. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa e; PRADO, Geraldo (orgs.). Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 231-24.

FARIA, S. de C. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FRAGOSO, João et all. Arquivos Paroquias e História Social na América Lusa, métodos e técnicas na reinvenção de um corpus documental (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. In: Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.34, 2009. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 31. p. 325-338, jan./jun. 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; e LUCA, Tânia Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

HANNESCH, Ozana Patrimônio Arquivístico em Museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013. Orientador: Professor Doutor Marcus Granato.

GAGNON-ARGUIN, Louise. A história dos arquivos. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 20-53 p.

GUIMARÃES, Lygia; BECK, Ingrid. CONSERVAÇÃO & RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS EM SUPORTE DE PAPEL. Rio de Janeiro: MAST, 2007. (MAST Colloquia; 9).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO Adriane Queiroz. GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. MUSEU IMPE IPHAN – MINC.
http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/guia_educacao_patrimonial.pdf.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2006.

- JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX ENANCIB, São Paulo – USP, 2008.
- LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 31. p. 325-338, jan./jun. 2002.
- MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011.
- MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- MEMÓRIA del mundo: directrices para la salvaguardia del patrimonio documental (ed. rev. 2002), preparada por Ray Edmondson. París: UNESCO, 2002, 71p. (CII-95/WS11Rev.).
- OLIVEIRA, Cléo Alves P. Educação patrimonial no Iphan. Monografia de Especialização. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2011.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania. São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.
- PINSCKY, Carla Bassanezi et all. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2014.
- PFLUEGER, Grete. De Tapuitapera a Villa D'Alcântara, composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão. Recife: UFPE, 2002. – Dissertação.
- PFLUEGER, Grete. Ruínas do Imperador. In: RCL/Convergência Lusíada n. 32, julho - dezembro de 2014, pp.145-152.
- RANGEL, Carlos Henrique e CAMPOS, Ricardo Aguiar. CARTILHA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. <https://slideplayer.com.br/slide/1228674/>
- RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP. V.14, n.1, p.110-125, jan./abr. 2016.
- RODRIGUES, C. Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). RJ: Arquivo Nacional, 2005.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Alcântara oitocentista por meio dos registros paroquiais. In: Anais do XI Encontro Regional da ANPUH/MA. Alcântara: IFMA, 2018. [No prelo]
- SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. Revista CPC, n. 19, p. 80-108, jun. 2015.
- VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Fontes: Projetos da UFMA

- SANTIROCCHI, Ítalo D. POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DE ALCÂNTARA: GESTÃO, GOVERNANÇA, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA. FAPEMA; UFMA, 2017.
- SANTIROCCHI, Ítalo D. Sociedade e hierarquias na vila de Alcântara no séc. XIX UFMA, 2018.

SANTIROCCHI, Ítalo D. Preservação, restauração, digitalização do acervo de documentos históricos sobre Alcântara no séc. XIX. FAPEMA; UFMA, 2021.

Fontes: Planos de Trabalho da UFMA

FERREIRA, Lisiane Almeida. Ocupação, Sociedade e Hierarquias na Baixada Maranhense (séculos XVIII e XIX): uma análise a partir dos registros paroquiais, inventários e testamentos. UFMA, 2015.

FERREIRA, Lisiane Almeida. Registro de Batismo: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de batismo presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro. UFMA, 2016.

ROCHA, Neyane Freitas. Registro de Casamento e Óbitos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de casamento e óbito presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro. UFMA, 2016.

SARGES, Joana K. Registro de Óbitos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de óbitos presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro. UFMA, 2017.

SOUSA, Wellida K. Diniz. Registro de Batismo: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos livros de batismo presentes no Arquivo da Diocese de Pinheiro. UFMA, 2018.

SARGES, Joana K. Registros vitais e História Social: Registros de Óbito. UFMA, 2019.

SILVA, Ruteleni Camelo. Registro de Testamentos: catalogação, digitalização, análise e inserção em banco de dados dos testamentos e inventários post-mortem. UFMA, 2019.

PEREIRA, Maria de Fátima Cabral. Diocese de São Luís e a produção de assentos paroquiais: Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré (1819-1824). UFMA, 2021.

CORREA, Verônica E. Sousa. Testamentos e Inventários Post-mortem e História Social de Alcântara. UFMA, 2021.

DOURADO, Renara C. Pinheiro. Educação Patrimonial: Patrimônio Documental Arquivístico sobre Alcântara. UFMA, 2021.

PINHEIRO, Helloyne M. Moreira. Registros paroquiais de casamento e as redes de relações em Alcântara (1827-1868). UFMA, 2021.

DOURADO, Renara C. Pinheiro. Patrimônio documental de Alcântara: a necessidade dos arquivos na construção e propagação do saber. UFMA, 2022.

PEREIRA, Maria de Fátima Cabral. Um bispo contra o Império: Dom Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré. UFMA, 2022.

COSTA, Erik B. Monteiro. Registros paroquiais de casamento e as redes de relações em Alcântara (1827-1868). UFMA, 2022.

PEIXOTO, Liandra M. Lafontaine. As mulheres na sociedade escravocrata alcantareense do século XIX. UFMA, 2022.

ANEXOS

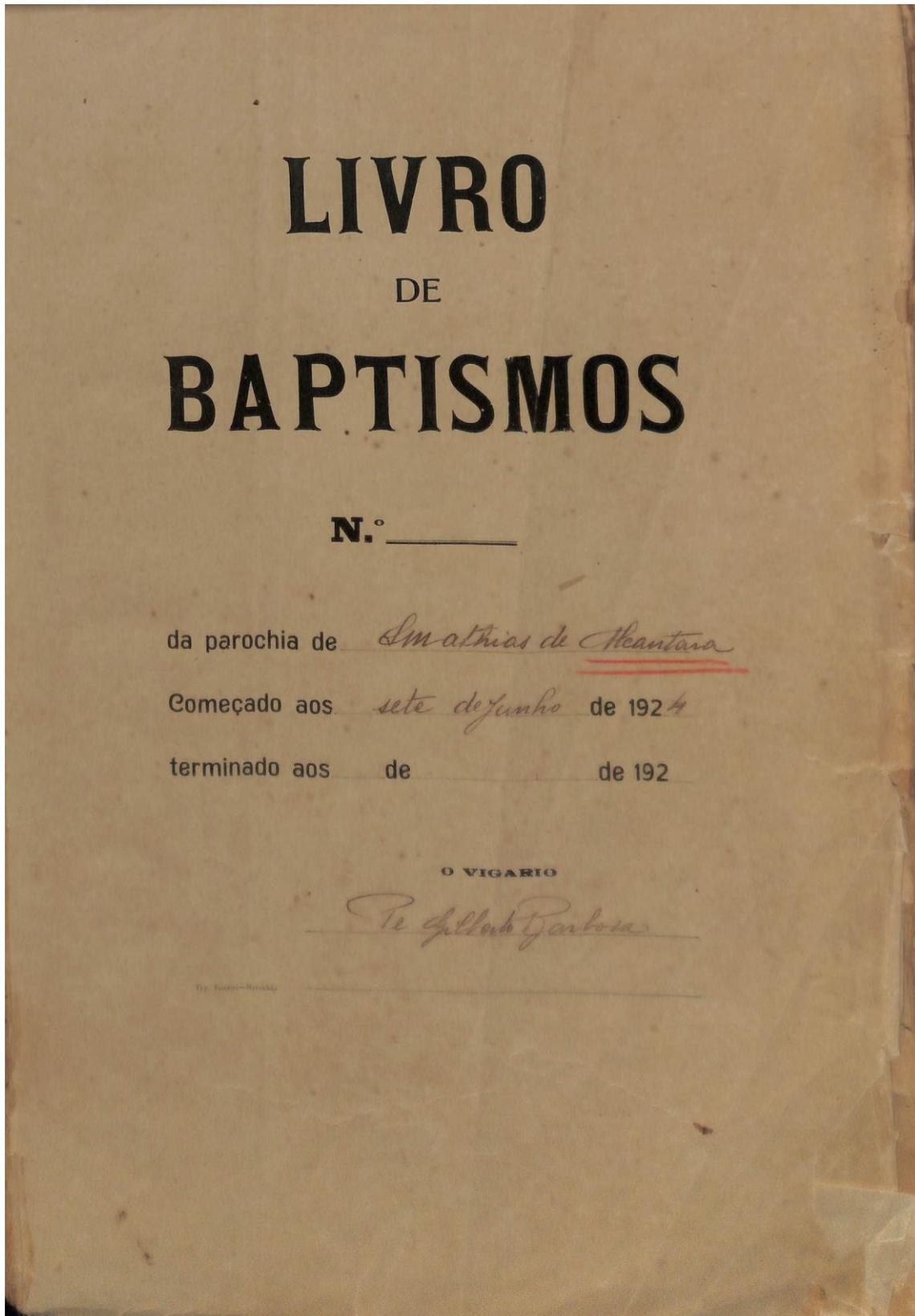


Figura 1 - Livro de batismo de Alcântara digitalizado.
Fonte – Imagem digitalizada por bolsista em 2022.



Figura 2 - Bolsista realizando a limpeza do documento.
Fonte - Foto tirada por bolsista em 2022.



Figura 3 - Feira das profissões em 2019.
Fonte – Foto tirada por Santirocchi em 2019.



Figura 4 - Documento completamente danificado.
Fonte – Foto tirada por bolsista em 2022.



Figura 5 - Documentos empilhados no porão do antigo polo UFMA de Alcântara.
Fonte – Foto tirada pelo coordenador do projeto em 2019.



Figura 6 - Materiais utilizados para limpeza dos documentos e produção de invólucros.
Fonte – Foto tirada pelo coordenador do projeto em 2019.



Figura 7 - Local de armazenamento dos documentos em Alcântara.
Fonte – Foto tirada pelo coordenador em 2019.